

Veja o que abre e fecha durante o feriado de amanhã

PÁGINA 5

DINHEIRO EXTRA

Começa hoje o saque de até R\$ 1.000 do FGTS

Começa hoje, quarta-feira (20), o saque extraordinário de R\$ 1.000 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O pagamento será feito conforme o mês de nascimento do trabalhador, até 15 de junho. No dia 20, recebem os nascidos em janeiro. Os trabalhadores podem consultar a data e o valor do saque extraordinário no aplicativo do FGTS, no site, nas agências da Caixa Econômica Federal ou por SMS com o cadastro do número do celular aqui. Para a consulta no site da Caixa, é preciso informar o NIS (PIS/Pasep) que consta na carteira de trabalho.

PÁGINA 5



Professores querem proposta melhor da Prefeitura

Audiência de conciliação foi marcada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para a manhã desta quarta-feira, dia 20, entre os professores e a Prefeitura de São Luís

PÁGINA 5

Sai edital de concurso com 21 vagas para Conselho Regional de Medicina Veterinária do Maranhão



A inscrição no processo seletivo poderá ser feita pela internet no endereço da banca organizadora do certame, a Quadrix, até o dia 23 de maio. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 70. A remuneração da função será de R\$ 7.260 acrescida de benefícios, com regime de trabalho de 44 horas semanais. PÁGINA 5



Livro dos fotógrafos Meireles Junior e Taciano Brito faz imersão na ancestralidade indígena

A obra vai revelar, através dos sensíveis olhares de Meireles Jr. e Taciano Brito, três dos mais importantes rituais desse povo: A Festa do Mel; a Festa da Menina Moça e a Festa dos Rapazes. E mais, a dualidade tão valorizada do natural e do sobrenatural; além da sabedoria ancestral que luta para se perpetuar entre as novas gerações. PÁGINA 7

Sampaio e IAPE fazem o "tira-teima" hoje na final do Campeonato Maranhense

PÁGINA 6



Câmara de São Luís encaminha mais doze projetos de lei para sanção

PÁGINA 3



Abusos de poder regulatório no fretamento colaborativo

GUSTAVO JUSTINO DE OLIVEIRA

Professor doutor de Direito Administrativo na USP e no IDP

A revolução digital impacta e prosseguirá impactando as relações sociais, os negócios privados, os meios de produção e diversos outros aspectos existenciais da humanidade.

O Estado, em sua forma de organização, sofre influxos constantes da propagação e do uso das novas tecnologias digitais, gerando desafios enormes para a implantação do governo digital, da administração pública eletrônica, assimilação necessária das plataformas digitais para intermediação de serviços prestados ao público no cenário disruptivo de “economia compartilhada”, relações negociais com startups e govtechs, e assim por diante.

No mundo pós-pandemia, tratar de inovação tecnológica não pode mais significar enfrentar o tema de modo extravagante ou excepcional: o mindset do setor público como um todo foi profunda e definitivamente modificado frente aos impasses e dilemas que a era digital promove no trato do serviço público.

A disparidade no trato estatal da inovação tecnológica, em conjunto com eventuais renitências na incorporação ou (o que seria pior) o não reconhecimento da tecnologia em si pelo Estado brasileiro, acaba por produzir graves assimetrias regulatórias, as quais, acabam por gerar perfis regulatórios abertamente disfuncionais, inúmeras vezes desalinhados e anacrônicos, frente a atividades ou serviços intrinsecamente similares ou dotados de regime jurídicos semelhantes.

O antídoto para esses abusos e assi-

metrias regulatórias é adentrarmos em uma nova onda regulatória que contemple a necessária predominância da “regulação digital”.

Um exemplo notório de setor que necessita urgentemente ser abraçado pela “regulação digital” é o do setor de fretamento colaborativo, cujo maior expoente é a Buser, startup que adota um modelo de negócios livremente conhecido como o “Uber de ônibus”.

A Buser atua em parceria com empresas que possuem autorização de transporte rodoviário fretado (e não para transporte rodoviário regular). Em suas plataformas digitais, a Buser oferece, ao público em geral, a possibilidade de conexão entre empresas prestadoras de serviços de transporte coletivo e interessados no fechamento de grupos e rateio do frete para diversas localidades.

O serviço, materialmente, se assemelha ao transporte coletivo rodoviário regular, porém, juridicamente está qualificado como transporte fretado. Essa arquitetura jurídica tem seu complicador: a identidade material entre os serviços oferecidos é, na maioria das vezes, erroneamente compreendida e qualificada por agentes tradicionais do mercado e agências reguladoras do setor como sendo uma prática de atuação indevida da Buser.

A rigor, o que se deve atentar é que a sua configuração formal dentro do setor na qual está situada, conjugada com os contornos que o incremento tecnológico proporciona à atividade exercida, talvez devesse levar a atividade da Buser a ser considerada, tal qual o Uber, serviço de interesse econômico geral.

Um dos aspectos que faz vislumbrar o encaixe conceitual desta figura

em relação à Buser é o fato de os serviços econômicos de interesse geral fugirem a certas características mais rígidas do serviço público. Tal conceito parece servir de referencial dogmático para esclarecer os pontos cegos de regimes jurídicos nos quais empresas como a Buser acabam se inserindo.

Cabe destacar duas manifestações de poderes públicos estaduais. Em primeiro lugar, o estado de Minas Gerais regulou a sua prática no âmbito do transporte intermunicipal dentro de seus limites territoriais; esse é um caso emblemático à medida que existe discussão em sede de ação direta de inconstitucionalidade, no âmbito do TJMG, questionando a constitucionalidade da norma, a qual levou a restrições ao ambiente desregulamentado antes existente — o próprio Governador do Estado de Minas Gerais posicionou-se contrariamente à regulação. No estado de São Paulo, por sua vez, o TJSP reconheceu a validade, no âmbito estadual, da atividade.

Conclui-se sustentando que, na seara da inter-relação entre regulação estatal e inovação tecnológica, não se esperam do órgão regulador posturas que rivalizem pura e simplesmente “inovação” e “regulação”.

O que deve ser evitado são posturas regulatórias que impinjam adversidades e restrições desproporcionais aos players do setor regulado, que tenham origem em um olhar enviesado ou inadequado da atividade sobre a qual incide a regulação, sobretudo quando tal atividade é estimulada ou intermediada por inovações de cunho tecnológico.

genas? Por que não? Mas não se vê nenhuma atitude oficial neste sentido. Pelo contrário.

Diante de tanto desalento, é preciso compartilhar as reflexões de Ailton Krenak: “Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa, e nós, outra: a Terra e a humanidade (...) Precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo tomou o lugar daquilo que antes era a cidadania”.

E também: “Enquanto a humanidade está se distanciando do seu lugar, um monte de corporações espertalhonas vai tomando conta da Terra. Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios. Eles inventam kits superinteressantes para nos manter nesse local, alienados de tudo e, se possível, tomando muito remédio. Porque, afinal, é preciso fazer alguma coisa com o que sobra do lixo que produzem, e eles vão fazer remédio e um monte de parafernália para nos entreter.”

Alianças, diálogos, ideias

CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília

Na medida em que se aproxima mais uma eleição, vale a pena lembrar projetos que no passado orgulharam Brasília e se espalharam pelo Brasil, graças a alianças, conversas e ideias vindas da população. O Bolsa-Escola surgiu ainda com o nome “Renda mínima vinculada à educação”, no Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, da Universidade de Brasília (UnB). A proposta foi apresentada, nos anos 1980, para todo o Brasil. Foi o jornalista Hélio Doyle quem levantou a possibilidade de aplicá-la apenas no Distrito Federal (DF). Havia a objeção de que isso atrairia milhares de famílias. Encontramos solução exigindo que a família beneficiada morasse no DF há pelo menos cinco anos. No sábado passado, este jornal fez editorial informando que, no Nordeste, há mais pessoas dependendo do Auxílio Brasil do que vivendo de salário graças ao trabalho.

A pandemia e os erros da economia contribuíram para isso, mas é sobretudo a baixa escolaridade que desloca pessoas do mercado de trabalho para as políticas assistenciais. Por isso, ao criar o Bolsa-Escola, Brasília foi exemplo de como atender necessidade imediata de renda, graças à bolsa, e de transformação social e emancipação pessoal, graças à escola. Foi o amigo taxista Arge-miro quem me perguntou por que não dar Bolsa-Escola a adultos analfabetos, para que eles aprendessem a ler. Consideramos o risco de o analfabeto ficar recebendo o dinheiro sem dizer que aprendeu a ler. Assim, surgiu o Bolsa-Alfa, projeto de grande impacto social e alto valor poético.

Foi conversando com o jornalista Gilberto Dimenstein, falecido em maio do ano passado, que ouvi a ideia de complementar o Bolsa-Escola pagando um valor para o aluno que fosse aprovado. O Bolsa-Escola mantinha a frequência, a complementação incentivaria o estudo. Havia o problema de incentivar o estudo e facilitar a evasão, depois de receber o prêmio. Tivemos a ideia de depositar o dinheiro em caderneta de poupança ao final do ano letivo em que fosse aprovado, para o aluno retirar quando concluiu o ensino médio.

O Bolsa-Escola foi descaracterizado em Bolsa Família e Auxílio Brasil, o Poupança Escola não foi adotado nacionalmente, mas está destacado nos livros de políticas públicas nascidas no DF. O estímulo ao uso da faixa de pedestre foi sugestão do engenheiro Luiz Miura, então diretor do Detran-DF. Ideia tão ousada que muitos no próprio governo foram contra, com medo de acidentes. A resistência foi vencida ao ser apresentada como programa de educação coletiva ao longo de meses, até criar uma cultura no DF, que serviu de exemplo ao Brasil inteiro. A ação governamental foi mínima diante da ação coletiva da população, resultado do diálogo pedagógico.

O Projeto Saber foi fruto da ideia do então secretário do Trabalho Pedro Celso: formar milhares de jovens e adultos em ofícios, com cursos profissionalizantes. Centenas de milhares de pessoas se fizeram profissionais. Com apoio do programa BRB Trabalho, muitos se tornaram pequenos empresários, no próprio ramo dos ofícios que aprenderam: padeiros, cabeleireiros, cozinheiros. O Saúde em Casa é exemplo de projeto de máxima eficiência e impacto sobre a população. A ideia foi sugerida pela médica Maria José Maninha, então secretária de Saúde. Ela e sua equipe conseguiram idealizar e implantar um sistema que permitiu atendimento domiciliar a qualquer doente que precisasse.

O programa Agroindústria Familiar foi criado e executado pelo professor João Luiz Homem de Carvalho, então secretário de Agricultura. Graças ao programa, o pequeno produtor conseguia agregar valor ao seu produto agrícola, industrializando-o e dando-lhe feição para ser comercializado nos grandes shoppings. O pequeno era globalizado graças à assessoria do governo. Na hora em que centenas de pessoas se preparam para disputar cargos eletivos, vale a pena lembrar como o DF teve programas de grande repercussão local, nacional e até mundial, graças à interação e ao diálogo. Cabe lembrar que aquele governo só foi possível por causa da aliança entre sete partidos, unindo inclusive PT e PSDB. Se não fosse o apoio da deputada federal Maria de Lourdes Abadia, do PSDB, o PT não teria eleito o governador em 1994.

Todos precisam despertar

EDITORIAL

“O que aprendi ao longo dessas décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda. Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar.”

Esse é um trecho do instigante livro Ideias para adiar o fim do mundo (Companhia das Letras – 2019), de Ailton Krenak, de 66 anos, um dos mais atuantes líderes indígenas do Brasil, ambientalista, filósofo e escritor. Fundador da ONG Núcleo de Cultura Indígena, foi voz ativa na Assembleia Nacional Constituinte que gerou a Constituição Federal de 1988.

Muito além da romantização ingênua dos povos indígenas feita por autores clássicos, como José de Alencar e Gonçalves Dias, no século 19, e depois da nobre luta dos irmãos Villas-Bôas e do antropólogo Darcy Ribeiro, a obra de Krenak é um tapa de advertência na cara de cada brasileiro. A propósito de mais uma passagem inócua do

Dia do Índio, comemorado amanhã, é importante compartilhar as reflexões de Krenak, num momento de recrudescimento da escalada de violência e de desmonte da Funai e de políticas públicas para os povos indígenas patrocinadas pelo atual governo. O estímulo crescente ao desmatamento e ao garimpo podem ser golpe fatal para o pouco que resta de um dos pilares da cultura brasileira.

A última notícia triste vem de Roraima, parte de um Brasil sem lei, onde o Estado pouco atua e quando age tende a beneficiar o poder econômico. A comunidade do Palimíu fica em terra ianomâmi, a 260 quilômetros de Boa Vista. Há uma semana, garimpeiros armados chegaram em sete barcos e invadiram a comunidade. Os índios reagiram. Relatos precários indicam vários feridos. A Polícia Federal está na região, que é de difícil acesso.

É apenas um dos incontáveis episódios de invasão que ocorrem rotineiramente no Norte do Brasil, onde a população indígena está praticamente abandonada à própria sorte. E, de fato, não existe hoje no país, por razões diversas, um mapeamento sério sobre as reais condições dessas comunidades. E a mais sórdida delas é o descaso do governo. É possível a exploração sustentável das terras indí-

O IMPARCIAL

EMPRESA PACOTILHA SA

Av. dos Holandeses, Edifício TECH OFFICE, N° 6, Sala 916
Ponta D'Areia, São Luís - MA - CEP: 65075-357

Pedro Freire

Diretor-Presidente
pedrofreire@oimparcial.com.br

Raimundo Borges

Diretor de Redação
borges@oimparcial.com.br

Patrícia Freire

Gerente financeira
patriciafreire@oimparcial.com.br

Celso Sergio

Superintendente de Produção
celiosergio@oimparcial.com.br

FALE CONOSCO - GRUPO O IMPARCIAL

REDAÇÃO
(98) 98232-0262

ASSINATURAS
(98) 9144-5645

FINANCEIRO
(98) 9144-5626

COMERCIAL
(98) 99116-1624

REDES SOCIAIS
Whatsapp: (98) 98232-0262
Twitter: @oimparcialonline
Instagram: @oimparcial
www.oimparcial.com.br

São Luís, terça-feira, 19 de abril de 2022

INCENTIVO À LEITURA

Quinzena do Livro Infantil tem início em São Luís

Voltadas para crianças da pré-escola, de 4 a 5 anos, as atividades da Quinzena do Livro Infantil serão levadas também a outras cidades maranhenses

As crianças do Centros Integrados de Educação Infantil – Creche da Liberdade, em São Luís, tiveram uma manhã de atividades diversificadas, com as ações da Quinzena do Livro Infantil, nesta segunda-feira (18). Promovida pelo Governo do Estado, sob coordenação da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), o projeto marca as comemorações pelo Dia Internacional do Livro Infantil e Juvenil (2 de abril) e do Dia Nacional do Livro Infantil (18 de abril). O projeto se estende até dia 29 deste mês.

“Neste evento, estamos ampliando as atividades que já realizamos aqui na instituição. O objetivo é despertar o interesse pelo livro e pela leitura nas crianças, considerando que, a maioria dos pais da nossa comunidade não tem acesso a livros e biblioteca. É muito importante ampliarmos o universo literário dessas crianças e levar a literatura para mais perto delas”, frisou a gestora da creche da Liberdade, Márcia Porto.

Voltadas para crianças da pré-escola, de 4 a 5 anos, onde irão vivenciar contação de histórias e ter contato com personagens das obras de Monteiro Lobato, entre outros, as atividades da Quinzena do Livro Infantil serão levadas a outras cidades maranhenses, com fins a reforçar a valorização da cultura e literatura, além de fortalecer o estímulo da leitura e do conhecimento.

O Dia Internacional do Livro Infantil e Juvenil homenageia o escritor dinamarquês, Hans Christian Andersen, autor de clássicos da literatura infanto-juvenil, como A Pequena Sereia, O Patinho Feio, A Polegarzinha, O Soldadinho de Chumbo, entre outros.

Já o Dia Nacional do Livro Infantil faz referência ao escritor brasileiro Monteiro Lobato, autor de obras como O Sítio de Pica Pau Amarelo, que foi levado para a televisão e virou série, sendo transmitido por longas décadas, além de obras surgidas dessa história – Reinações de Narizinho, Caçadas de Pedrinho, Memória de Emília e outros.

Confira a programação da Quinzena do Livro Infantil

João Mohana (18/04)

15:00h – 15:15h – Acolhida e boas vindas

15:15h – 15:45h – Atividades de movimento (Psicomotricidade)

15:45h – 16:00h – Atividades de pintura de rosto e de desenhos sobre o tema

16:00h – 16:20h – Apresentação da peça de Monteiro Lobato (“A pílula falante”)

16:20h – 16:50h – Lanche coletivo

16:50h – 17:00h – Encerramento

Atividade na creche do Centro (19/04)

Horário: 9h

Apresentação: SUGEDA – Conto Catarina Público: Alunos da Creche

Atividade no CAPES (20/04)

Horário: 8h

Apresentação: Alunos do CAPES

Público: Estudantes do 1º ano do C.E Manoel Backman e C.E Rubem Almeida.

Confira atividades nos faróis do Saber/Educação (18 a 29/04)

Aldeias Altas – Dia 29, roda de leitura;

Santa Helena – Dia 25, com atividades de hora do conto, peças e brincadeiras;

Humberto de Campos – Dia 25, com roda de leitura;

Passagem Franca – 26/04 – Roda de Leitura, caracterização do Sítio do Pica Pau Amarelo;

Pinheiro – Dia 27, roda de leitura;

Vitorino Freire – Dia 20, roda de leitura, brincadeiras.



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Inova Day abre mais oportunidades para startups



O INOVA MARANHÃO É UM PROGRAMA DO GOVERNO DO ESTADO QUE DESENVOLVE O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO NO MARANHÃO

Reunindo exposições para a comunidade local e abordando temáticas de ciência, tecnologia e inovação, foi realizado na manhã desta segunda-feira (18) o Inova Day, que integra as ações do programa Inova Maranhão. O evento ocorreu no auditório do Palácio Henrique de La Rocque, em São Luís, e foi transmitido no YouTube do Inova Maranhão.

Organizado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), o evento oportunizou o intercâmbio de empresas que atuam nos segmentos de ciência, tecnologia e inovação.

“O Inova Day é um dia ‘D’ do Inova Maranhão, programa que estimula e fortalece o ecossistema da inovação no estado e a todos que têm este talento. Estamos há cinco anos neste projeto, atuando em vários eixos, que vão da educação à tecnologia, conectando pessoas e espaços de inovação. Com isso, deixa-se para trás um mito que diz que só o que é privado tem

qualidade. Este projeto comprova que o poder público pode realizar muitas coisas de qualidade”, afirmou o secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Davi Teles.

A programação contou com apresentação de pitches (técnica utilizada para apresentar uma ideia de negócio), exposição de negócios participantes do programa Centelha Maranhão e entrega de certificados aos participantes do programa Trilhas Inova.

“Essa iniciativa é o que nos trouxe aqui e está fazendo com que a inovação maranhense chegue aos quatro cantos do mundo. Todo esse incentivo é fundamental para que as startups se desenvolvam. São empresas, negócios de alto risco, e para ter capital investidor, dependem de um processo. O Governo do Estado ajuda este segmento desde o início, e neste processo de escala, fazendo com que este serviço chegue a um número maior de pessoas”, disse a psicoterapeuta e CEO da empresa Saúde Integrada, Juliana No-

gueira. A startup conecta pacientes, profissionais da área, produtos e serviços.

Inova Maranhão

Fundado em 2015, o Inova Maranhão é um programa do Governo do Estado que desenvolve o ecossistema de inovação no Maranhão. São oito eixos de atuação do programa: Startups, Universidade, Educação, Social, Administração Pública, Empresas, Ecossistema e Parque Tecnológico.

Já foram mais de R\$ 11 milhões investidos em mais de 130 startups e empresas, além de fomento à inovação e robótica no ensino básico, inovação social em quilombos, capacitação técnica em talentos para produtos digitais, eventos de comunidade e ações conjuntas de ecossistema.

Inova Galera e Maratoninha Maker são alguns dos projetos que integram o programa Inova Maranhão. Há cinco anos, essas iniciativas estão em andamento no Centro Histórico, como parte das atividades do programa.

MOTOMAMI

Tumê mundial de Rosalía terá show no Brasil



A ESPANHOLA TRARÁ O SHOW DE SEU ELOGIADO NOVO ÁLBUM

Rosalía anunciou a sua “Momomami World Tour”, com dezenas de shows pelo mundo. E o Brasil ganhou uma data para este ano.

A espanhola virá em agosto, para São Paulo, com o show de seu elogiado novo álbum. Rosalía fará uma performance para os fãs no dia 22, uma segunda-feira, no Tokio Marine Hall.

Os interessados podem ficar de olho no site da Eventim. As vendas começarão nesta sexta-feira, dia 22 de abril, a partir das 10 horas. Vendas presenciais também serão realizadas no Tokio Marine Hall, na Rua Bragança Paulista, 1281, Vila Cruzeiro, em São Paulo.

Detalhes de MOTOMAMI, o badalado álbum de Rosalía

MOTOMAMI (estilizado em letras maiúsculas) é o terceiro álbum de estúdio de Rosalía, lançado em 18 de março de 2022 pela Columbia Records. Apresentado como conceitual, experimental e “seu álbum mais pessoal e confessional até agora”, inclui participações especiais de The Weeknd e Tokischa.

Para a revista Rolling Stone, Rosalía o descreveu como “corajoso” e revelou que a maior influência foi o gênero reggaeton.

O álbum, sobretudo, gira em torno de temas líricos de metamorfose, sexualidade, desgosto, celebração, espiritualidade, autoestima e isolamento.

Este é o primeiro álbum da cantora que conta uma história pessoal. Los Angeles, por sua vez, é um disco cover de músicas de domínio público e El Mal Querer segue o enredo de Romance de Flamenca.

Durante todo o processo de composição, Rosalía se inspirou em Héctor Lavoe, Nina Simone, Patti Smith, Bach, Michèle Lamy, Pedro Almodóvar e Andrei Tarkovsky, por fim.

MARVEL

“Thor: Love and thunder” ganha primeiro trailer



NATALIE PORTMAN DARÁ VIDA À HEROÍNA JANE FOSTER



O filme Thor: Love and thunder ganhou o primeiro trailer nesta segunda-feira (18/4). Além de Chris Hemsworth, protagonista do filme, o teaser estrela Natalie Portman, que interpretará Jane Foster, versão feminina de Thor na saga.

A nova produção dará continuidade aos acontecimentos de Thor: Ragnarok, lançado em 2017, e mostrará Thor vivendo longe da vida de herói. Além do asgardiano e da heroína Jane Foster, os Guardiões da Galáxia terão destaque na história.

Hemsworth e Natalie serão acompanhados por Tessa Thompson, Christian Bale, Chris Pratt, Jaimie Alexander, Pom Klementieff, Dave Bautista, Karen Gillan, Sean Gunn e Jeff Goldblum no elenco. Dirigido por Taika Waititi, o longa-metragem tem previsão de estreia para 8 de julho.

ELEIÇÕES 2022

PT segue rachado nas eleições para governador

Mesmo com a definição em torno da pré-candidatura de Carlos Brandão à reeleição ao maior cargo do executivo, integrantes históricos do PT declaram apoio a Weverton

SAMARTONY MARTINS

Membros do Partido dos Trabalhadores do Maranhão realiza nesta quarta-feira (20), o “Encontro Estadual de Petistas Fechados com Weverton e Lula” onde serão definidas questões relacionadas ao apoio de militantes às candidaturas majoritárias e proporcionais ao governo do estado e ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva a serem adotada para as eleições de 2022. O encontro será realizado, a partir das 9h, na Fetaema, no bairro do Araçagi.

Mesmo com o apoio declarado da executiva estadual à pré-candidatura da chapa composta por Carlos Brandão (PSB) ao governo do Maranhão e Felipe Camarão (PT), a vice-governador, encontro deve render debates acalorados, uma vez que membros das mais variadas correntes do PT ligados à executiva municipal devem ratificar apoio a pré-candidatura ao Governo do senador Weverton Rocha (PDT). As divergências políticas demonstram que há um racha visível entre os integrantes do Partido dos Trabalhadores no Maranhão que deve ter dois palanques.

O “Encontro Estadual de Petistas Fechados com Weverton e Lula” está sendo organizado por militantes históricos da legenda trabalhista, como o presidente do diretório municipal de São Luís, Honorato Fernandes; o secretário de Estado do Esporte e Lazer, Márcio Jardim; além de representantes da CUT e Fetaema, e outras en-

tidades ligadas ao campo progressista. “Convidamos toda a militância petista maranhense para nosso “Encontro de Petistas com Lula e Weverton”, que será realizado no dia 20 de abril, às 9 horas, no auditório da Fetaema. Vamos juntos, companheiros e companheiras, rumo ao #BrasilFeliz-deNovo e pelo #OMaranhãoMaisFeliz”, pontuou Honorato.

Quem também está mobilizando os militantes petistas para o encontro é o secretário de Estado do Esporte e Lazer, Márcio Jardim. Em entrevista a O Imparcial, Jardim fez questão de reforçar apoio a pré-candidatura do senador Weverton Rocha e ao ex-presidente Lula. “A candidatura Lula tem espectro muito amplo que eventuais alianças estaduais envolvendo o PT. No Maranhão, o presidente Lula já manifestou a sua preferência pelo nome de Weverton para governador. Protocoladamente o PT pode compor uma coligação para atender arranjos nacionais. O Comitê Popular de Petistas com Lula presidente, Weverton governador dialoga com setores historicamente mais a esquerda e dos movimentos sociais do estado como Fetaema, CUT e Força Sindical. Nosso apoio a Weverton é um reconhecimento a sua trajetória presente nas lutas democráticas do Maranhão, seu combate ao impeachment da Dilma e a injusta prisão de Lula”, justificou Márcio Jardim.

Questionado sobre “Encontro Estadual de Petistas Fechados com Weverton e Lula” o presidente estadual do PT, Francimar Melo, esclareceu que será uma atividade realizada por mili-

tantes que têm legitimidade para torcer ou trabalhar o nome de um pré-candidato ao governo do Maranhão. “O PT trabalha com calendários eleitorais e com a construção de táticas eleitorais nesse encontro de táticas. Há uma forte sinalização da maioria das forças internas do PT em apoio ao governador Brandão e essa posição está sendo levada para a executiva estadual. Qualquer outro movimento que venha ocorrer são posições isoladas que não são de maioria do partido. E após o encontro de táticas, o PT tem uma definição homologada pela instância e daí o PT com certeza estará todo mundo trabalhando nessa posição. Assim é como funciona o nosso partido. As discussões e posições são levantadas e debatidas, mas no encontro ele é votado e essa votação obviamente segue essa posição que é definida pelo partido”, afirmando que esses movimentos que estão acontecendo em diversos espaços são de militantes junto com outros campos que não representam a posição do PT Maranhão.

Vale ressaltar que no último dia 31 de março, Felipe Camarão foi confirmado como vice da chapa de pré-candidatura de Carlos Brandão (PSB) ao governo do Maranhão durante encontro realizada na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), no Cohafuma. Na oportunidade o ex-governador Flávio Dino (PSB) e Carlos Brandão que ainda estava no cargo de vice estiveram no evento de oficialização, que contou com muitos apoiadores do movimento.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Federação incendiária

A política brasileira já foi movimentada ao extremo em 2022 e ainda falta quase tudo a ser feito, olhando-se pelo lado prático das disputas eleitorais de outubro. Já se passaram o troca-troca de legendas pela “janela partidária”, as diversas fusões (como o DEM com o PSL) e agora está em curso os desfechos das federações. Nesta segunda-feira (18/04), o PT, PCdoB e PV registram o estatuto e o programa da Federação entre si, denominada “Brasil da Esperança”. O anúncio foi feito em nota assinada pelos presidentes dos três partidos: Gleisi Hoffmann (PT), Luciana Santos (PCdoB) e José Luís Penna (PV).

O PT e PCdoB já são velhos aliados em coligações passadas. Mas o PV, com sua filosofia baseada na sustentabilidade, é um corpo estranho no estuário da esquerda, desde Marina Silva, que foi do govern9o Lula. Significa que o componente federativo vai interferir na corrida eleitoral nacional e nas estaduais. Afinal, com a novidade será possível a junção de partidos que, obrigatoriamente terão que conviver em harmonia durante todo período dos mandatos adquiridos no Executivo e no Legislativo. A atuação da federação se dará como se as legendas federadas se transformassem num partido.

Até 31 de maio, prazo definido pela resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que regulamentou a Lei 14.208/2021, é possível que outras federações se registrem. Como essa mudança seultou coligações proporcionais, seus efeitos se darão tanto na eleição presidencial quanto nas estaduais. No Maranhão, por exemplo, o PV do deputado estadual Adriano Sarney, crítico ferrenho do governo Flávio Dino, está com Carlos Brandão (PSB), aliado de todas as horas de Flávio Dino. Significa que o passado entre “comunistas” e “verdes” hoje é uma página virada, passando a valer olhar rumo ao futuro.

Portanto, a federação do PCdoB, PT e PV coloca a nova realidade política do Maranhão dentro do modelo nacional. Principalmente depois que o PSB se tornou o um dos partidos mais fortes no Estado, com o ingresso do governador Carlos Brandão na legenda, a mesma de Flávio Dino, alguns deputados e prefeitos. A entrada do ex-tucano Geraldo Alckmin na legenda socialista para se tornar vice de Luiz Inácio Lula da Silva também coloca o Maranhão no centro da disputa presidencial. A engrenagem local do PSB-PT-Brandão ainda não está totalmente montada. O deputado José Inácio (PT) ainda resiste ver o novato Felipe Camarão na vice de Brandão.

PT ouriçado (1)

Mesmo com quatro secretarias no governo Carlos Brandão, o PT está rachado e brigando internamente. A parte de fora do governo está seguindo o senador Weverton Rocha no projeto de concorrer ao governo. O PT é assim: fora do governo, dentro da oposição.

PT ouriçado (2)

O militante histórico do PT, Márcio Jardim saiu da Secretaria de Esportes do governo Flávio Dino no primeiro mandato, direto para a oposição. Também, o ex-vereador Honorato Fernandes, vice em 2020, de Rubens Jr (PCdoB) na disputa em São Luís.

PT ouriçado (3)

Jardim e Honorato (ex-adjunto da Articulação Política) querem ver Dino pelas costas. Eles estão convidando a militância para o encontro estadual do PT, nesta quarta-feira, “com Lula e Weverton” presentes. No PT ninguém confirma e nem acredita na vinda de Lula.

“Os caras já morreram tudo. Vai trazer os caras do túmulo de volta?”

Do vice-presidente Hamilton Mourão, ironizando os áudios de ministros do Superior Tribunal Militar, que comprovam a tortura na Ditadura de 1964.

1 O deputado federal Hildo Rocha (MDB) somou R\$ 150 milhões em 2016; R\$ 82,5 mi em 2017; R\$ 180 mi em 2018; R\$ 400 mi em 2019; e R\$ 57 mi em 2020, de recursos da bancada federal, em emendas para as rodovias Federais do Maranhão.

2 No total, a dinheirama federal chega a astronômica cifra de R1,199 bilhão para às BRs no Maranhão, que nunca ficaram melhores do que estão hoje, completamente esburacadas. Indignado, Hildo mandou imagens da buraqueira para Jair Bolsonaro.

3 Se tivesse coragem, Hildo bem que poderia propor a “CPI da Buraqueira” para investigar o escandaloso descaminho da montanha de dinheiro público, enviada para recuperar rodovias pelo país afora, fontes de pesadas corrupções.

À beira da intervenção

Do jeito que as coisas estão dentro do PT maranhense, não é completamente descartável uma intervenção do diretório nacional, a exemplo de 2010. Dentro do partido, tal hipótese é tão viável quanto possível.

Latifundiários

No Brasil de hoje quem tem grandes extensões de terras se torna milionário de um ano para outro, no agro. Assim também ocorre com quem dirige partido de bancada gaúda. O latifúndio político-partidário exige menos esforço e rende mais dinheiro que o latifúndio agrário.

JUDICIÁRIO MARANHENSE

Presidente do TJMA entrega novo plano de cargos



OTHELINO NETO RECEBEU O PRESIDENTE DO TJMA LOURIVAL SEREJO, GEORGE FERREIRA, MÁRIO LOBÃO E MÁRCIO ANDRADE

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, nesta segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. “Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário”, assinalou.

O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. “Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já pos-

samos apreciar o texto”, completou Othelino.

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. “O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo”, frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. “Seguimos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito”, declarou.

Aviso de Leilão - O SESCO/MA, CNPJ nº .155.096/0001-18, torna público que no dia 04 de maio de 2022 às 10 horas, fará leilão só on-line, pelo site www.greiloes.com, do tipo maior lance para venda de bens. Serão 26 lotes de bens e materiais diversos. Telefone/WhatsApp: (98) 4141-2441 Gustavo Martins Rocha – Leiloeiro do Estado do Maranhão, matrícula JU-CEMA nº 017/06.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 - SRP. AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 - SRP. O Município de Feira Nova do Maranhão - MA, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 10.520/2002, dos Decretos Municipais nº 004/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar às 14h00 (quatro horas) do dia 05 de maio de 2022, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, tendo por OBJETO: Registro de Preço para futura contratação de empresas especializadas na locação de máquinas pesadas para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Feira Nova do Maranhão - MA, conforme Termo de Referência. ...

ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022 PROCESSO Nº 45332/2022/SES Objeto: "Registro de Preços para eventual e futura aquisição de instrumentais odontológicos e materiais de consumo, para suprir as necessidades das unidades de saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência". Abertura: 06/05/2022, às 10h (horário de Brasília); Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br). ...

São Luís - MA, 13 de abril de 2022 CHRISANE OLIVEIRA BARROS Pregoeira da CSL/SES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR Rua Jornalista Monteiro Meire, 22 - Centro - CEP 65.850-000 CNPJ nº 06.140.818/0001-96 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022 O Município de Mirador, no Estado do Maranhão, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no dia 02/05/2022, às 09:00 horas, horário local, por meio do sistema https://www.comprasimradador.com.br, objetivando o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação dos serviços comuns de engenharia de perfuração de poços artesanais nos mais diversos povoados do município de Mirador/MA. ...

Mirador/MA, 18 de abril de 2022 DEUSEVAN PEREIRA DE BRITTO Pregoeiro Portaria Nº 009B/2021

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2022 O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Maranhão – SESCOOP/MA, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio nomeados através da Portaria SESCOOP/MA n.º 02/2019, torna público, para os interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Global por Lote, em sessão pública eletrônica a partir das 09h30min (horário de Brasília – DF). ONDE SE LÊ dia 29/04/2022; LEIA-SE: dia 02/05/2022 através do site www.licitacoes-e.com.br.

Objeto: Contratação de empresa especializada em organização de eventos e serviços correlatos, sob demanda, a serem realizados pela área finalística do SESCOOP/MA, compreendendo o planejamento, a organização, a assessoria, o fornecimento de infraestrutura, apoio logístico, equipamentos, alimentação, mobiliário, locação de espaços, recursos humanos e todos os demais materiais e serviços indispensáveis à plena execução dos mesmos. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, ao Regulamento de Licitações e Contratos do SESCOOP, aprovado pela Resolução nº.1990 de 22 de fevereiro de 2022 e demais normas regulamentares aplicáveis e de acordo com o Edital e seus anexos que se encontram disponíveis no endereço www.licitacoes-e.com.br e www.somuscooperativismo-ma.coop.br/editais-licitacoes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAIBA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2022 - SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022 - SRP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP O Município de Sambaíba-MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REBOQUE EM VEÍCULOS CAMINHÃO FRANCHISA E QUILÔMETROS PARA REMOÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, UTILITÁRIOS E PESADOS, PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SAMBAIBA/MA, em conformidade com o Termo de Referência disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decretos Municipais, Leis complementares nº 123/2006, alterada pela Lei nº 147/14, Decreto Federal nº 8.538/15 e alterações e subsidiariamente no que couber às disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e as condições do Edital à realizar-se às 10h30min do dia 04 de maio de 2022. ...

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAMBAIBA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 - SRP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP O Município de Sambaíba-MA, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA SUPRIR NECESSIDADE DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SAMBAIBA/MA, em conformidade com o Termo de Referência disposto no Anexo I do edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decretos Municipais, Leis complementares nº 123/2006, alterada pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações e as condições do Edital à realizar-se às 10h30min do dia 03 de maio de 2022. ...

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE 1º LEILÃO: 05 de maio de 2022, às 14h30min. 2º LEILÃO: 17 de maio de 2022, às 14h30min. (Horário de Brasília) Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1141 - Sala 66 - Moçoá - São Paulo/SP. Faz saber a todos quanto o presente Edital vem em decorrência de ter levantado a PÚBLICA Leilão de modo Presencial E On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 2º e parágrafos, autorizada pelo Credor Fiduciário Banco Santander Brasil S/A - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública datado de 28/07/2020, cujos Fiduciários e Carlos Vinícius Ferreira Caldas, CPF/MF nº 068.894.363-07, em Primeiro Leilão (data/horário acima), com lance mínimo igual ou superior a R\$ 253.365,02 (duzentos e cinquenta e três mil trezentos e sessenta e cinco reais e dois centavos - atualizados conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pelo "Apartamento sob nº 406, Edifício Itapúa, com área privativa de 43,86m², pertencente à área total de 1.355m² integrante do "Cósia Aracely Condome C/UBS", situado na margem da Rodovia Ribamar-Olho D'água (Estrada do Aracajay), no lugar Ponta Grossa, no Município de São José do Ribamar/MA, inferior descrito na matrícula nº 101.385 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ilha de São Luís/MA, (Imóvel) custado, Venda em caráter "ad contra" no registro de conservação em que se encontra. ...

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHAS ATO RESOLUÇÃO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA SRP Nº 001/2022 PPMOD O município de Olho d'Água das Cunhas/MA CNPJ: 06.014.005/0001-50, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público para ciência dos interessados, que estará realizando às 09:00 horas do dia 17 de maio de 2022, licitação para Aquisição de Gêneros Alimentícios, através de Grupos Formais de Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativa e Associações ou Grupos Informais de Agricultores Familiares para atender a demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, nos moldes da Lei nº 11.947/2009 e Resolução 38/2009 de 16/07/2009 (FNDE), Lei 8.666/93, art. 24. O Edital poderá ser retirado diretamente na Sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, Rua Ocho Pessoa nº 89, centro no município de Olho d'Água das Cunhas - MA, onde poderão consultar o edital e seus anexos gratuitamente, em horário comercial das 08:00h às 12:00h ou no site: www.olhoaguadascunhas.ma.gov.br - SACOP - Sistema de Acompanhamento de Contratações Públicas, Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: cplcdc@gmail.com.

Joel Meireles Silva Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022 - SRP AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022 - SRP. O Município de Feira Nova do Maranhão - MA, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 10.520/2002, dos Decretos Municipais nº 004/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar às 08h30 (oito horas e trinta minutos) do dia 05 de maio de 2022, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, tendo por OBJETO: Registro de Preço para futura contratação de empresas especializadas na locação de veículos leves e pesados para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Feira Nova do Maranhão - MA, conforme Termo de Referência. ...

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE RUA DO COMERCIO, 3 - CENTRO - CACHOEIRA GRANDE CNPJ: 01.612.624/0001-22 REAVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 003/2022 A Prefeitura Municipal de Cachoeira Grande/MA, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide a Lei nº 8.666/93, e suas alterações, da LC nº 123/2006 e LC 147/2014, que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preço sob o nº. 003/2022, regime de execução tipo menor preço global, tendo por objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reforma e adequação do campo de futebol do Município de Cachoeira Grande/MA. ...

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 436/2021 - CSL/EMSERH PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 165.319/2021 - EMSERH OBJETO: Contratação de serviço continuado de impressão corporativa (outsourcing de impressão), na modalidade de franquia de páginas mais excedente, compreendendo o fornecimento, instalação, configuração e a cessão de direito de uso dos equipamentos de impressão, contemplando a impressão, cópia e digitalização, incluindo a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, suprimentos e insumos, com o fornecimento de papel, sistemas para gerenciamento, monitoramento, controle de cotas de impressão, gestão de ativos e contabilização (bilhetagem) dos documentos impressos e copiados. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote. NOVA DATA DA ABERTURA: dia 18/05/2022, às 8h30, horário de Brasília/DF. ...

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 436/2021 - CSL/EMSERH PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 165.319/2021 - EMSERH OBJETO: Contratação de serviço continuado de impressão corporativa (outsourcing de impressão), na modalidade de franquia de páginas mais excedente, compreendendo o fornecimento, instalação, configuração e a cessão de direito de uso dos equipamentos de impressão, contemplando a impressão, cópia e digitalização, incluindo a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, suprimentos e insumos, com o fornecimento de papel, sistemas para gerenciamento, monitoramento, controle de cotas de impressão, gestão de ativos e contabilização (bilhetagem) dos documentos impressos e copiados. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote. NOVA DATA DA ABERTURA: dia 18/05/2022, às 8h30, horário de Brasília/DF. ...

São Luís (MA), 12 de abril de 2022 Francisco Assis do Amaral Neto Agente de Licitação da EMSERH

1º RI República Federativa do Brasil 1º Registro de Imóveis de São Luís - MA Registrador - Zenildo Bodin DIAMANTE 1ª ZONA DE REGISTRO DE IMÓVEIS Pelo presente edital e por estar em lugar ignorado, inscrito ou inacessível, fica o abaixo relacionado, intimado para ciência, de que este imóvel de 15 (quinze) dias contados a partir da publicação deste edital, para que apresente o pedido de intimação da Consolidação da Propriedade, o que poderá ser feito no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª zona, situado à Rua dos Andaraes, 040, Edifício Executive Lake Center, 6º Andar - Jardim Renaissance, São Luís/MA, de segunda à sexta-feira no horário das 08:00 às 17:30 horas, ou nas agências da Associação de Poupança e Emprestimo - FOUPEX. ...

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO LEITE ESTADO DO MARANHÃO CNPJ Nº 06.096.218/0001-78 AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022 - CPL. O Município de Benedito Leite (MA), por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, avisa aos interessados que fará realizar Licitação na seguinte modalidade e condições. MODALIDADE: Tomada de Preços Nº 002/2022. TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE. ...

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJATUBA Rua Benedito Leite, 868, Centro, CEP: 65.490.000, Anajatuba - MA CNPJ: 06.002.372/0001-33 AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA - REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº015/2022

O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, por meio do Secretário Municipal de Saúde, designado pelo Decreto nº042/2022, torna público que realizará às 09:00h (Nove horas) do dia 05 de MAIO de 2022, na plataforma Compras Públicas, no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br, Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preços por item, tendo por objeto a Seleção da proposta mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa especializada para locação e instalação de sistema de radiocomunicação na banda VHF, outorga e todos os recursos necessários para o pleno funcionamento, afim de atender as necessidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Anajatuba - MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº10.520/02, Decreto Federal nº10.024/19, Decreto Municipal nº022/2021, Decreto Municipal nº023/2021, subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes. ...

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº029/2022 O Município de Anajatuba/MA, através da Prefeitura Municipal de Anajatuba - MA, por meio do Secretário Municipal de Saúde, designado pelo Decreto nº042/2022, torna público que realizará às 09:00h (Nove horas) do dia 06 de MAIO de 2022, na plataforma Compras Públicas, no endereço eletrônico: https://www.portaldecompraspublicas.com.br, Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preços por item, tendo por objeto a Seleção da proposta mais vantajosa visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de confecção de próteses dentárias, nas quantidades, especificações e valores estabelecidos a seguir, de acordo com a Portaria nº 2.485, de 14 de agosto de 2018, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Anajatuba-MA, conforme disposições previstas no Edital e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº10.520/02, Decreto Federal nº10.024/19, Decreto Municipal nº022/2021, subsidiariamente pela Lei nº8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes. ...

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO - UEMASUL COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021 - CSL/UEMASUL (REPETIÇÃO) A Comissão Setorial de Licitação - CSL/UEMASUL torna público aos interessados que em sessão realizada no dia 19 de abril de 2022, às 9h45 (nove horas e quarenta e cinco minutos), na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021 - CSL/UEMASUL (REPETIÇÃO) tendo como OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Radiografia Digital para o curso de Medicina Veterinária da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO - UEMASUL, foi declarada vencedora do certame a empresa: ABLA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 18.884.120/0001-64, no valor total de R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais). Imperatriz/MA, 19 de abril de 2022 Francisco Sávio Costa Silva Pregoeiro - CSL/UEMASUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA DO MARANHÃO AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022 - SRP AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022 - SRP. O Município de Feira Nova do Maranhão - MA, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 10.520/2002, dos Decretos Municipais nº 004/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar às 09h00 (nove horas) do dia 06 de maio de 2022, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, tendo por OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento de ambulância simples remoção, tipo A, 4x4, pick-up, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Feira Nova do Maranhão - MA, conforme Termo de Referência. ...

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE RUA DO COMERCIO, 3 - CENTRO - CACHOEIRA GRANDE CNPJ: 01.612.624/0001-22 Aviso de CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2022. A Prefeitura Municipal de Cachoeira Grande/ MA, através da Secretaria Municipal de Educação por força do Decreto 005/2021, torna público aos interessados a Chamada Pública nº 002/2022, para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural para a Merenda Escolar da Rede de Ensino Municipal de Cachoeira Grande/MA, em atendimento a Lei nº 11.947 de 1 de Junho de 2009 e Resolução/CO/FNDE nº 26, de 17 de Junho de 2013. O recebimento de documentação de habilitação e do projeto de venda ocorrerá no dia 11 de maio de 2022, às 09:00 horas, na sala de reunião da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua do Comercio, 03, no Centro de Cachoeira Grande/MA. ...

ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022 PROCESSO Nº 32627/2022/SES Objeto: "Registro de preços visando a eventual e futura contratação de empresa especializada na aquisição de CONTAINER DESTINADO AO ARMAZENAMENTO DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS EM NITROGÊNIO LÍQUIDO, para atender as necessidades do Laboratório Central de Saúde Pública/LACEN - MA para isolamento viral aos programas e/ou serviços da vigilância epidemiológica que atuam com doenças virais, conforme especificações, quantidades constantes no Termo de Referência." Abertura: 05/05/2022, às 10h (horário de Brasília); Local: www.comprasgovernamentais.gov.br. ...

ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022 PROCESSO Nº 32627/2022/SES Objeto: "Registro de preços visando a eventual e futura contratação de empresa especializada na aquisição de CONTAINER DESTINADO AO ARMAZENAMENTO DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS EM NITROGÊNIO LÍQUIDO, para atender as necessidades do Laboratório Central de Saúde Pública/LACEN - MA para isolamento viral aos programas e/ou serviços da vigilância epidemiológica que atuam com doenças virais, conforme especificações, quantidades constantes no Termo de Referência." Abertura: 05/05/2022, às 10h (horário de Brasília); Local: www.comprasgovernamentais.gov.br. ...

São Luís - MA, 13 de abril de 2022 MARCOS MENDES DE LUCENA Pregoeiro da SES / MA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2022 SRP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE JENIPIPO DOS VIEIRAS - MA, através de seu Pregoeiro e EQUIPE de APOIO, torna público para conhecimento de todos que estará realizando licitação na MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de brindes para distribuição gratuita, no evento em comemoração ao dia das mães do município de Jeniipapo dos Vieiras - MA. ...

COMUNICADO OI AOS CLIENTES A OI S.A. - Em recuperação judicial, concessionária do Serviço de Telefone Fixo Comutado - STFC nas Regiões I (exceto setor 3) e II, exceto os setores 20 (Londrina e Tamarana no Paraná), 22 (Paranaíba em Mato Grosso do Sul) e 25 (Burti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Ilumburá, Paranaíba e São Simão em Goiás), do Plano Geral de Outorgas - PGO comunica ao público em geral, do Estado do Maranhão, os novos valores tarifários para o Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória (PASOO). Os novos valores começam a vigorar a partir das zero hora de dia 22/04/2022.

Região I - Assinaturas				
Filial	Sector	Residencial	Não Residencial	Tronco
MA	13	55,45	96,52	96,52

Valores em Reais, com tributos

COMUNICADO OI AOS CLIENTES A OI S.A. - Em recuperação judicial, concessionária do Serviço de Telefone Fixo Comutado - STFC nas Regiões I (exceto setor 3) e II, exceto os setores 20 (Londrina e Tamarana no Paraná), 22 (Paranaíba em Mato Grosso do Sul) e 25 (Burti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Ilumburá, Paranaíba e São Simão em Goiás), do Plano Geral de Outorgas - PGO comunica ao público em geral, do Estado do Maranhão os novos valores tarifários para o Plano Básico do Serviço Local, em Reais e com impostos incluídos, homologado pela Anatel através do Ato número 4.954, de 05/04/2022 publicado no D. O. U. de 07/04/2022. Os novos valores começam a vigorar a partir das zero hora do dia 22/04/2022.

Região I - Assinaturas				
Filial	Sector	Residencial	Não Residencial	Tronco
MA	13	55,45	96,52	96,52

Valores em Reais, com tributos.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022-DPE/MA A Defensoria Pública do Estado do Maranhão-DPE/MA, através de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 010/2022 na forma da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais normas regulamentares pertinentes a espécie, licitação na modalidade Pregão Eletrônico para contratação de serviços de monitoramento diário de mídia, coleta, seleção, compilação em bancos de dados, avaliação e disponibilização eletrônica de clipping de conteúdos sobre a Defensoria Pública do Estado, veiculados diariamente em mídias impressa (jornais, eletrônicas (emissoras de TV e rádio) e digital (internet - sites, blogs e mídias sociais), inclusive nos finais de semana e feriados, nas condições constantes do Termo de Referência - ANEXO I do Edital. Data/Hora abertura do certame: dia 05/maio/2022 às 09:00h. O Edital estará disponível nas páginas: www.comprasgovernamentais.gov.br; defensoria.ma.def.br e www.tce.ma.gov.br São Luís, 18/abril/2022. Comissão Permanente de Licitação-DPE/MA.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 112/2022 - CSL/EMSERH PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 248.712/2021 - EMSERH OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Materiais Médico-hospitalares (Fios Cirúrgicos - Nylon), para atender as necessidades das Unidades Hospitalares administradas pela EMSERH. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. LOCAL DA REABERTURA: ANTERIORMENTE MARCADA PARA 14/04/2022, ÀS 9H (HORÁRIO LOCAL), FICA ADIADA PARA 06/05/2022, ÀS 9H (HORÁRIO LOCAL). Local de Realização: Sistema Licitações-ES (www.licitacoes-e.com.br). Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails: csl@emserh.ma.gov.br e/ou roberta.oliveira@emserh.ma.gov.br, ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 13 de abril de 2022 Osmálio Roberta de Oliveira Borges Agente de Licitação da CSL/EMSERH

ESTADO DO MARANHÃO COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO - CAEMA CNPJ Nº 06.274.757/0001-50 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO O Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA, convoca os Senhores Acionistas para participarem da Assembleia Geral, a ser realizada no dia 27 de abril de 2022, às 15h30, na sede social da Companhia, situada a Rua Silva Jardim, nº 307, Centro, na cidade de São Luís, estado do Maranhão a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do: 1. Eleição de Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, conforme disposto no art. 21, inciso III do Estatuto Social da CAEMA; 2. Deliberar sobre o Relatório dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, Parecer da Auditoria Geral do Estado AGE/STC, Pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; 3. O que mais ocorrer;

São Luís, 13 de abril de 2022 Roberto Santos Matos Presidente do Conselho

São Luís, quarta-feira, 20 de abril de 2022

GREVE DOS PROFESSORES

Categoria quer proposta melhor da Prefeitura

Audiência de conciliação foi marcada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para a manhã desta quarta-feira, dia 20, entre os professores e a Prefeitura de São Luís

PATRÍCIA CUNHA

Em greve desde o dia 18 de abril, os profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino aguardam a nova proposta de reajuste que será apresentada pela Prefeitura Municipal de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação, na audiência de conciliação marcada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para a manhã desta quarta-feira, 20.

Os professores aprovaram no último dia 8 de abril o início do movimento paredista após a Prefeitura de São Luís oferecer reajuste de 5%. Segundo o Sindeducação, que representa a categoria, esse percentual está aquém do que a categoria reivindica em sua campanha salarial, que é a atualização do piso nacional (de 33,24%) para professores com Nível Médio e a repercussão em toda tabela salarial do magistério, com 36,56% de reajuste para todos os professores com Nível Superior. “A expectativa é de que venha uma proposta diferente dos 5% apresentada na mesa de negociação. Já dissemos à Prefeitura que não aceitamos os 5%. Toda proposta que a Prefeitura faz, precisa ser levada para a categoria apreciar em assembleia. A gente já tem uma assembleia marcada para a tarde desta quarta, para seguir o rito conforme manda a lei. Qualquer que seja a proposta, será apreciada pela categoria”, disse o Sindicato.

O Sindeducação esclarece que desde o ano de 2021 tentava abrir o diálogo com a gestão municipal para iniciar as tratativas da campanha salarial, porém, somente no dia 10 de fevereiro

de 2022 é que a Prefeitura de São Luís instaurou a Mesa de Negociação e, enquanto o sindicato ponderava sobre a importância de se levar em conta que toda a categoria fosse contemplada com um reajuste digno, o prefeito Eduardo Braide remeteu à Câmara Municipal de São Luís antecipadamente um Projeto de Lei para atualizar os vencimentos de apenas 889 professores, que são do Nível Médio. A categoria é formada atualmente por mais de 8 mil profissionais, entre ativos e aposentados.

Sobre o reajuste de 5%, o Sindeducação disse que o reajuste foi dado sem apresentar, nenhuma documentação que demonstrasse o impacto no orçamento do município ou a inviabilidade de um percentual maior. Não foi apresentado também o impacto na folha de pagamento dos profissionais do magistério e nem a prestação de contas dos gastos com os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), referente a 2021. Lembrando que, somente em 2021, para investimentos nas escolas e na valorização dos profissionais do magistério, o município de São Luís recebeu R\$ 512 milhões e, para este ano está previsto receber R\$ 523 milhões. O Sindeducação também organiza o movimento grevista para pedir pelo fim do assédio moral e mais transparência no orçamento e as contas da Prefeitura.

Em nota, a Prefeitura disse que a atual gestão recebeu a rede física escolar sem nenhuma escola em condições mínimas de funcionamento durante a pandemia. Que de todas as unidades, em 1 ano e 3 meses, 50% foram totalmente reformadas e as de-

mais passaram por intervenções necessárias para garantir o retorno das aulas. Sobre o transporte escolar, que coube à atual gestão regularizar o serviço do transporte escolar; e quanto à merenda escolar, que até o momento não recebeu nenhuma queixa ou reclamação por parte da comunidade escolar. “Por fim, a Semed agradece aos professores que estão neste momento em sala de aula e lamenta a paralisação de parte da categoria promovida pelo Sindeducação, uma vez que a diretoria do Sindicato esteve reunida com o Município na semana passada (terça-feira, 12 de abril), onde foi informado que o Município apresentará uma nova proposta, dentro da sua realidade financeira”, finalizou a Prefeitura, em comunicado.

A expectativa é de que venha uma proposta diferente dos 5% apresentada na mesa de negociação. Já dissemos à Prefeitura que não aceitamos os 5%. Toda proposta que a Prefeitura faz, precisa ser levada para a categoria apreciar

GRANA NO BOLSO

Começa hoje o saque de até R\$ 1.000 do FGTS



OS VALORES COMEÇAM A SER PAGO NESTA QUARTA-FEIRA

Começa hoje, quarta-feira (20), o saque extraordinário de R\$ 1.000 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O pagamento será feito conforme o mês de nascimento do trabalhador, até 15 de junho. No dia 20, recebem os nascidos em janeiro.

Os trabalhadores podem consultar a data e o valor do saque extraordinário no aplicativo do FGTS, no site, nas agências da Caixa Econômica Federal ou por SMS com o cadastro do número do celular aqui. Para a consulta no site da Caixa, é preciso informar o NIS (PIS/Pasep) que consta na carteira de trabalho.

No aplicativo, é possível incluir informações cadastrais para criação de Conta Poupança Social Digital. O trabalhador também pode informar se não quiser o Saque Extraordinário. Neste caso, o débito não será realizado na conta do Fundo.

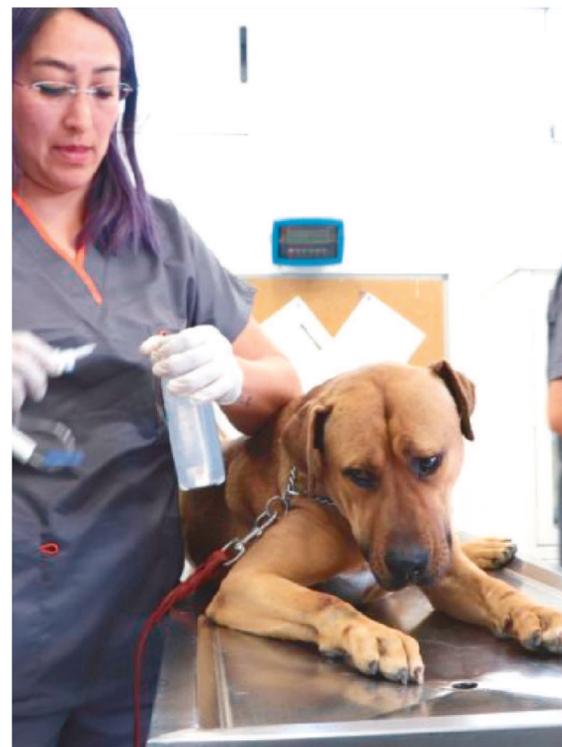
Se o valor já tiver sido creditado, o trabalhador pode desfazer o crédito na Conta Poupança Social Digital até 10 de novembro.

No caso da não movimentação da conta após o crédito dos valores até 15 de dezembro, os recursos serão retornados à conta do FGTS com correção e sem prejuízo ao trabalhador.

O FGTS é um direito do trabalhador com carteira assinada e, geralmente, só pode ser sacado em situações específicas, como demissão sem justa causa, compra da casa própria ou na aposentadoria, porém, no último mês, o Governo Federal publicou Medida Provisória liberando o saque extraordinário.

MEDICINA VETERINÁRIA

CRMV publica edital de concurso com 21 vagas



O SALÁRIO SERÁ DE R\$ 7.260 ACRESCIDO DE BENEFÍCIOS

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Maranhão (CRMV-MA) está com inscrições abertas para um novo concurso público. As vagas serão para o cargo de Fiscal Médico-Veterinário com lotação na cidade de São Luís, sendo 20 delas para cadastro de reserva.

A inscrição no processo seletivo poderá ser feita pela internet no endereço da banca organizadora do certame, a Quadrix, até o dia 23 de maio. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 70. A remuneração da função será de R\$ 7.260 acrescida de benefícios, com regime de trabalho de 44 horas semanais.

A carreira exige curso de graduação de nível superior em medicina veterinária, registro ativo e adimplente no sistema CFMV/CRMV e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria “B”. A seleção dos candidatos será realizada por Provas objetivas e discursivas, além de Avaliação de títulos. A prova objetiva está marcada para o dia 3 de julho em São Luís.

TIRADENTES

Veja o que abre e fecha durante o feriado



FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO NA GRANDE ILHA DE SÃO LUÍS SERÁ CONFORME AS CONVENÇÕES COLETIVAS DA CATEGORIA

Nesta quinta-feira, é dia 21 de abril, que é comemorado dia de Tiradentes, feriado nacional, e o funcionamento do comércio é alterado em todo o país, assim como no Maranhão e capital maranhense.

Comércio

Segundo a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio-MA), o comércio lojista da Região Metropolitana de São Luís recebeu autorização para continuar com o funcionamento habitual nessa quinta-feira (21), que se refere ao feriado nacional de Tiradentes. A decisão foi firmada entre a Fecomércio-MA, os sindicatos empresariais filiados e os sindicatos que representam os comerciantes e, de acordo com o planejado, os estabelecimentos comerciais situados em ruas, avenidas, galerias e centros comerciais poderão funcionar das 8h às 18h, já as lojas situadas nos Shopping Centers ficam abertas das 10h às 22h.

Para que haja o funcionamento, as empresas deverão realizar o pagamento das horas trabalhadas com

acréscimo de 100% sobre o valor da hora normal. Para uma gratificação deverá ser paga no valor de R\$ 40 aos empregados convocados.

Grupo Mateus

O Grupo Mateus informa que todas as suas lojas vão funcionar normalmente na quinta-feira (21), Feriado de Tiradentes.

Rio Anil Shopping

Na quinta-feira (21) – Feriado de Tiradentes – O Rio Anil Shopping vai funcionar nos seguintes horários: Lojas e Quiosques, Praça de Alimentação e Lazer, abrem das 10h às 22h. A Smart Fit abre das 8h às 14h. Lotérica, Banco Bradesco e Cartório estarão fechados. Mateus Supermercado abre das 9h às 22h.

Bancos

As agências fecham e voltam a funcionar na sexta-feira (22), em horário normal. Caso o cliente tenha boletos que vencem no dia 21, podem ser pagos sem acréscimos de multas e juros no dia seguinte.

Equatorial Maranhão

Por conta do feriado do dia 21 de

abril, Dia de Tiradentes, a Equatorial Maranhão informa que as agências de atendimento presencial, credenciadas e postos E+ Reciclagem não funcionarão, em todo o Maranhão. A Distribuidora orienta que os clientes antecipem sua reciclagem ou ida aos pontos de atendimento, caso desejem resolver algo presencialmente, ou aguardem o retorno das atividades na sexta-feira (22).

A Equatorial Maranhão reforça o uso dos canais digitais de atendimento, que funcionam 24 horas, inclusive nos feriados e fim de semana. Os clientes que precisarem informar falta de energia, emitir código para pagamento, segunda via de conta, consultar débitos, solicitar religação ou realizar cadastro de tarifa social baixa renda poderão fazê-lo pelo WhatsApp, no número (98) 2055-0116 e, serão atendidos pela Clara, a Assistente Virtual da Equatorial Maranhão. Outros serviços poderão ser acionados pelo aplicativo da Equatorial Maranhão ou no site www.equatorialenergia.com.br.

CAMPEONATO MARANHENSE

Bolívia e Onça fazem o "tira-teima" e a final

Cordino e Sampaio, além da final, vão fazer uma espécie de "tira-teima". Essa será a quarta partida entre as equipes sendo que não houve vencedor em nenhuma delas

SAULO DUAILIBE

Com informações de Manoel Martins

Um busca o 36º título da história. O outro quer sentir o sabor de um título Estadual pela primeira vez.

Assim será o confronto entre Sampaio Corrêa e Cordino, que define quem será o campeão Maranhense de 2022. A partida final está marcada para esta quarta-feira (20), às 19h, no Estádio Castelão.

Cordino e Sampaio, além da final, vão fazer uma espécie de "tira-teima". Essa será a quarta partida entre as equipes na temporada 2022 sendo que não houve vencedor em nenhuma delas. Mas o que temos certeza é que uma partida entre o Tubarão e a Onça neste ano, vai ter gol.

Na primeira partida entre os dois, foi na abertura do segundo turno do Campeonato Maranhense. O jogo foi no Castelão e terminou empatado em 2 x 2, no dia 23 de março deste ano. A segunda partida foi na semifinal do segundo turno, e aí o Cordino levou vantagem. No tempo normal, o time de Barra do Corda empatou com a Bolívia Querida em 1 x 1, no dia 5 de abril. A decisão de quem iria para a final do segundo foi para os pênaltis e a Onça levou a melhor por 4 x 2.

Na primeira partida da final, realizada no dia 13 de abril, quarta-feira da semana passada, mais um empate e em 1 x 1. O placar foi aberto por Eron, para o Sampaio, e o empate da Onça foi com Ulisses. Agora, a quarta partida é para saber quem é o melhor time da competição e do duelo Sampaio x

Cordino.

Escalões das equipes

A Onça desembarcou em São Luís no começo da noite de ontem, terça-feira (19). O técnico Marcinho Guerreiro tem apenas uma baixa, pois o lateral-esquerdo Eric, que chegou a ser substituído na primeira partida, por lesão muscular, segue sem condições de jogo e foi vetado para a partida. O treinador do Cordino já confirmou a mesma alteração do jogo anterior. O treinador vai colocar o volante Baiano e deslocando Josivan para a ala-esquerda.

O provável time para a Grande Final contra o Sampaio pode ser: Dida, Everton, Leone, Carlinhos Rocha, e Josivan; Baiano, Rosivan, e Paulo Victor; Nádson, Edrean e Ulisses.

O Tricolor tem apenas um desfalque para o jogo com o Cordino. O meia Lucas Araújo recebeu o terceiro cartão amarelo no jogo do interior. Wesley Dias, enquanto isso, cumpriu a suspensão e deverá reaparecer na função.

A provável escalação do Tricolor que o técnico Léo Condé deverá mandar a campo deve ser: Luiz Daniel; Mateusinho, Joécio, Nilson Júnior e Pará; Wesley Dias, Ferreira e Renatinho; Pimentinha, Eron e Poveda.

Com uma nova igualdade no placar leva a decisão para os pênaltis. O vencedor no tempo normal levanta a taça do Estadual.

Campeonato já chegou a ter 173 jogos

Com a redução do número de jogos

nos campeonatos regionais, o Maranhense chegou a ter 173 partidas em um campeonato, em 1993. Até o ano de 2012, ainda foram disputadas mais de 100 partidas: 2000 – 163 jogos; 2001 – 141 jogos; 2002 – 135 jogos; 2003 – 104 jogos; 2006 – 105 jogos; 2007 – 104 jogos; 2008 – 104 jogos; 2012 – 104 jogos.

Nos últimos cinco anos, o Campeonato Maranhense não passa da casa dos trinta jogos.

Dependendo da fórmula, que pode ser mudada de dois em dois anos, os maiores números de jogos, em duas ocasiões, foram trinta e oito. Em outras duas ocasiões trinta e quatro. Este ano, vamos fechar com trinta e seis jogos.

Artilheiro

Em 2022, o principal artilheiro é Ulisses, do Cordino, com 8 gols. Ele é também o principal destaque do clube interiorano.

No futebol maranhense muitos artilheiros se destacaram nessa atividade de fazer gols. Cabecinha, Bacabal, Pelezinho, Zé Roberto e Kleber Pereira são sempre lembrados pelos torcedores locais.

Em 2011, o atacante do Cordino, foi vice artilheiro com 11 gols. O artilheiro foi o Naôh jogando pelo MAC. Em 2012 Ulisses marcou 16, e em 2016, Ulisses foi o artilheiro da competição com 13 gols, repetindo o feito em 2017 com 14 gols.

É sempre bom lembrar que em 1998, com 117 partidas no Campeonato Maranhense, e o grande destaque foi o artilheiro Kleber Pereira, que jogando pelo Moto marcou 36 gols.

KITESURF

Bruno Lobo pronto para disputar evento na França

Principal nome do kitesurf no Brasil na atualidade, o maranhense multicampeão Bruno Lobo está pronto para mais um importante desafio em 2022. A partir de domingo (24), o atleta, que conta com os patrocínios do Grupo Audiolar e do governo do Estado por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, estará na França para disputar a Semana Olímpica Francesa em Hyères. A competição vale pontos para o ranking internacional e será realizada até o dia 29 deste mês.



Pensando no ciclo olímpico para Paris 2024, Bruno Lobo chega a este evento na França bastante motivado pelos resultados obtidos este ano. No último fim de semana, o atleta número 1 do país confirmou o favoritismo e sagrou-se campeão da primeira etapa do Campeonato Maranhense de Fórmula Kite, em São Luís. No mês passado, terminou na quarta colocação no Campeonato Asiático de Kitesurf, realizado na Tailândia. "O Campeonato Maranhense foi bem legal. Foram três dias de competição e consegui sair com a vitória dando início à temporada de eventos no Maranhão. Estamos com a preparação a todo vapor para Semana Olímpica Francesa em Hyères e vamos com tudo. As expectativas são as melhores possíveis para fazer uma boa competição na França. Fizemos um bom treinamento esses dias e acho que temos tudo para conseguirmos um bom resultado internacional", afirmou o kitesurista.

JUDÔ

Maranhense é vice-campeão pan-americano sub-18



O Maranhão no pódio do Campeonato Pan-Americano de Judô Sub-18. O judoca Antônio Eduardo Rocha, atleta da Academia Monte Branco, conquistou a medalha de prata na competição internacional na categoria Leve (-66kg) e ajudou a Seleção Brasileira a garantir o primeiro lugar geral e manter a hegemonia no continente americano. As disputas foram realizadas na cidade de Lima, no Peru, no último fim de semana.

O desempenho do maranhense Antônio Eduardo Rocha no Pan-Americano comprova a grande fase do judoca em 2022. Antes deste vice-campeonato, o judoca da Academia Monte Branco havia brilhado na Seletiva Nacional, onde garantiu a segunda colocação. O resultado na seletiva o credenciou a disputar o Meeting Nacional de Judô e brigar por uma vaga direta na Seleção Brasileira Sub-18.

No Meeting, Antônio Eduardo Rocha mostrou um judô de altíssimo nível para ser campeão da disputa e ga-

rantir a vaga de titular na Seleção Brasileira Sub-18 que competiu no Pan-Americano. Ao todo, o Brasil foi representado por 16 atletas.

Além da medalha de prata de Antônio Eduardo Rocha, o Brasil faturou outras 13 medalhas em Lima. No total, a Seleção Brasileira fechou o Pan-Americano em primeiro lugar geral, com 8 ouros, 5 pratas e 1 bronze. "Ficamos felizes com os resultados da Seleção Brasileira no Pan-Americano, em especial do maranhense Antônio Eduardo Rocha, que segue em constante evolução. Em breve ele representará o Brasil no Circuito Europeu deste ano. Será outro importante desafio porque ele vai encarar os melhores atletas do mundo. A FMJ se orgulha em apoiar e incentivar o judô maranhense. Temos certeza de que ele também vai fazer bonito na Europa", afirmou Rodolfo Leite, presidente da Federação Maranhense de Judô (FMJ).

Vale destacar que além dos bons re-

sultados em 2022, Antônio Eduardo Rocha soma outros títulos em sua carreira.

O judoca da Academia Monte Branco já se sagrou campeão brasileiro, maranhense, regional e da Copa São Paulo.

Em breve ele representará o Brasil no Circuito Europeu deste ano. Será outro importante desafio porque ele vai encarar os melhores atletas do mundo

Estamos com a preparação a todo vapor para Semana Olímpica Francesa em Hyères e vamos com tudo. As expectativas são as melhores possíveis para fazer uma boa competição na França. Fizemos um bom treinamento esses dias e acho que temos tudo para conseguirmos um bom resultado internacional

Um novo bom resultado fora do país significará a manutenção de Bruno Lobo na elite do kitesurf mundial e, conseqüentemente, uma subida no ranking internacional. Vale lembrar que, em 2021, o atleta do Maranhão chegou a assumir, pela primeira vez, a liderança do ranking.

Somente este ano, além de ter competido na Tailândia e a participação garantida na Semana Olímpica Francesa em Hyères, na França, neste mês de abril, Bruno Lobo disputará outros três eventos internacionais visando Paris 2024.

Referência no Brasil e nas Américas

Nas últimas temporadas, o maranhense Bruno Lobo tornou-se a principal referência no kitesurf tanto no Brasil quanto nas Américas. Pentacampeão brasileiro de Hydrofoil, o atleta patrocinado pelo Grupo Audiolar e pelo governo do Estado por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, é dono de uma vasta coleção de títulos: foi campeão dos Jogos Pan-Americanos de Lima 2019, bicampeão das Américas (2020-2021), octacampeão maranhense, entre outros. "Só tenho a agradecer ao patrocínio do Grupo Audiolar e do governo do Estado por estarem ao meu lado nesse sonho de representar o Maranhão e o Brasil nas Olimpíadas de Paris. A cada competição, buscamos evoluir para conquistar a vaga olímpica. Muito obrigado pelo apoio e incentivo", concluiu Bruno Lobo.

COLEÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Projeto estimula artesanato maranhense

O objetivo é capacitar artesãos e estimular a geração de renda por meio da potencialização do artesanato

Dois grupos de artesanato maranhenses, de São Luís e de Bacabeira, participam de oficinas de design de produtos para a criação de coleções artesanais modernas. A formação, que será realizada até o final do mês, é parte do projeto Artesanias Contemporâneas, que conta com o patrocínio do Instituto Cultural Vale, via Lei Federal de Incentivo à Cultura.



O projeto tem como objetivo capacitar os artesãos e estimular a geração de renda por meio da potencialização do artesanato.

Participam do projeto os artesãos da Casa e Aconchego (Bacabeira) e do Trançando Arte (São Luís). Eles rece-

berão direcionamentos para o desenvolvimento de peças contemporâneas, a partir de suas expertises: o Trançando Arte, trabalha com fibra e buri-ti; já o Casa e Aconchego, desenvolve peças de corte e costura que atendem necessidades domésticas, entre outros.

“Há 12 anos venho conhecendo e experimentando novas possibilidades que unem o artesanato à contemporaneidade, através do design e sempre no Ceará. Nessa trajetória pude me familiarizar com diversas tipologias artesanais, tendo vivências com grupos formados por crocheteiras, bordadeiras, rendeiras, trançadeiras e muitas outras”, conta Caroline Rodrigues, Idealizadora do Artesanias Contemporâneas.

“Seremos escolhidos na 1ª Chamada do Instituto Cultural Vale foi a oportunidade para expandir nossa atividade para outras regiões. Já temos frutos da 1ª etapa do projeto: as “colabs” do Ceará já tem as peças precificadas e estão prontas para atender às encomendas”.

O Artesanias Contemporâneas tem circulação prevista por quatro estados brasileiros: Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em cada um deles irá desenvolver o trabalho com dois grupos.

Nos minicursos, os participantes terão a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos sobre processos criativos, matérias primas, acabamentos, tendências e inspirações, com a proposta desses temas, de forma conjunta, contribuir para uma melhor criação de objetos artesanais,

fazendo com que o grupo tenha mais competitividade ao apresentar seus produtos.

Ao final do projeto, cada grupo participante poderá ter um conjunto de peças assinado pela marca Óia (design artesanal). Os produtos poderão ser comercializados e a renda será revertida para os grupos. Além disso, cada grupo será contemplado com um kit de trabalho adequado à tipologia artesanal.

Após a etapa do Maranhão, que segue de até 30 de abril, o projeto segue para Minas Gerais e para o Rio de Janeiro, em maio. A etapa do Ceará foi concluída no mês de março.

O Artesanias Contemporâneas prevê ainda a realização de duas palestras sobre Empreendedorismo, artesanato e design, nos dias 28 e 29 de abril, em escolas de São Luís: Escolas Dr. Geraldo Melo (R. Gama Lobo, SN – COHAB Anil IV) e C.E Pedro Álvares Cabral (Av. Principal Jardim América – Cidade Operária), abertas ao público.

Cronograma das atividades no Maranhão:

Até 23/04, das 13h às 18h – Grupo Casa e Aconchego, no município de Bacabeira;

25 a 30/04, das 13h às 18h – Grupo Trançando Arte (Sitinho), em São Luís (Rua 15 de novembro s/n Bairro Vila Maranhão);

28/04 – Palestra na escola Dr. Geraldo Melo – R. Gama Lobo, SN – COHAB Anil IV, São Luís – MA

29/04 – C.E Pedro Álvares Cabral – Av. Principal Jardim América – Cidade Operária, São Luís – MA

CULTURA ANCESTRAL

Livro dos fotógrafos Meireles Junior e Taciano Brito faz imersão na ancestralidade indígena

O Dia dos Povos Indígenas (19.04) esse ano teve sabor especial: O dos bastidores da produção do livro “Ritos Tenetehar – A Cultura Ancestral de um Povo” assinado pelos fotógrafos Meireles Junior e Taciano Brito, que vai mostrar um pouco da riqueza cultural, ancestral e espiritual dos povos Tenetehar ou Tentehar (Guajajaras) e Awá Guaja, que habitam o Território Indígena Araribóia, no sudoeste do Maranhão.

A obra vai revelar, através dos sensíveis olhares de Meireles Jr. e Taciano Brito, três dos mais importantes rituais desse povo: A Festa do Mel; a Festa da Menina Moça e a Festa dos Rapazes.

E mais, a dualidade tão valorizada do natural e do sobrenatural; além da sabedoria ancestral que luta para se perpetuar entre as novas gerações.



Para a matriarca Maria Santana “este livro será uma herança eterna para aqueles que estão ficando. Eu me sinto feliz e a comunidade também entende que o livro é histórico. É mais um avanço para nós, Guajajara!”.

Davi Guajajara lembra que “cada ancião é uma biblioteca viva, com uma riqueza de sabedoria que não pode ser esquecida ou perdida. Registrar é resistir, para garantir que as próximas gerações possam manter viva a cultura e a ancestralidade do nosso povo”, defende ele.

Segundo o Cacique Sílvio Santana, Presidente do Instituto Centro de Saberes Tentehar Tukan “essa obra torna-se então um registro importante para a preservação do nosso território e dos Tentehar”.

A Diretora Geral do Centro de Saberes Tentehar Tukan Fabiana Guajajara reforça que “a cultura originária nos foi repassada através da oralidade. Os saberes milenares do Povo Tentehar, por meio de suas festas tradicionais, agora estão eternizados em uma obra para as futuras gerações”.

Vale lembrar que, como pontua no livro a Doutora em Educação Indígena Hosannah Bandeira “o Maranhão possui uma das maiores concentrações de povos indígenas do Brasil.

É uma região que concentra aldeias urbanas, rurais e povos isolados. Dos seus 217 municípios, 25 são habitados por indígenas. Há 18 áreas indígenas demarcadas no Maranhão, sendo que os Tentehar, mais conhecidos como Guajajara, ocupam 12 dessas áreas. São povos resistentes, determinados, dinâmicos, espirituais, falantes do tupi. Para eles, os mundos natural e sobrenatural, homem e natureza se confundem”.

Em fase final de produção, o livro conta com o patrocínio das empresas Equatorial Maranhão e Fribal, via Lei Estadual de Incentivo à Cultura, e será lançado até o início do próximo mês de junho.

DE VOLTA ÀS RAÍZES

Maranhense lança livro sobre experiência de migração



SAMARITANA PASQUIER LANÇA O LIVRO “DO BRASIL À SUÍÇA? – A SUPERAÇÃO DE UMA MULHER MIGRANTE”, NA AMEI, NESTA QUARTA

“Do Brasil à Suíça? – A superação de uma mulher migrante”, da escritora Samaritana Pasquier, Viegas Editora, terá lançamento em São Luís (MA), no próximo dia 20 de abril, quarta-feira, às 20h, na Livraria e Espaço AMEI – São Luís Shopping (Jaracaty).

Trata-se uma inspiradora obra autobiográfica que retrata, com muita sutileza e elegância, experiências vividas pela autora desde a infância no município de Coelho Neto, onde nasceu, no Maranhão, até a migração e integração na cultura de um país distante, considerado um dos mais charmosos e seguros do Mundo.

Samaritana Pasquier está radicada na Suíça há 33 anos, entre outros estudos, é professora de francês para adultos migrantes. Esse seu engajamento atual é para ela, uma maneira de dar sua parcela de contribuição à integração dos migrantes vindos de horizontes diversos, no contexto migratório

suíço. Seguir essa trilha é uma forma lógica de retribuir um pouco, de tudo o que ela recebeu do seu país de adoção.

No prólogo do livro, ela diz: “Migrar é trazer consigo sua história pessoal, mas também a história coletiva de um povo, de um país. Quis partilhar minhas reflexões oriundas desse processo de convivência intercultural e como me situo nesse contexto”.

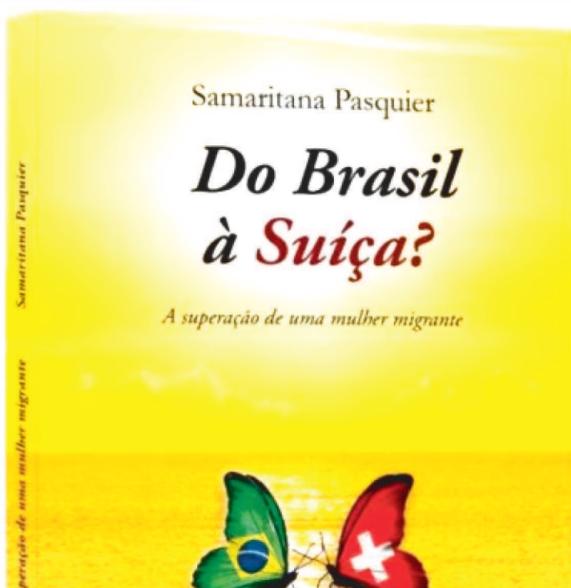
Ela vem de uma família numerosa, de 16 filhos, pais separados, de origem humilde, e que desde muito cedo aprendeu a ter fé e coragem para lutar pela sobrevivência. O livro tem 125 páginas, dividido em 16 capítulos, entre temas que nos imergem a uma inspiradora história de vida que através da leitura nos provoca várias sensações e sentimentos, do riso ao choro, dentro de narrativa leve, emocionante e muito sincera.

O prefácio (em francês e portu-

guês) é assinado pelo embaixador suíço Jean-Jacques Pierre Argeu de Dardel.

“Quando a pobreza se junta a um ambiente desestruturado e constantes dramas, o sol do sertão deixa de iluminar: ao contrário, ele queima, seca e racha, sem retirar os lamaçais das margens de rios turbulentos. No entanto, é em cenários trágicos como esse que surgem as pessoas mais generosas. Samaritana é uma delas: dotada de uma resiliência indomável e de uma força de caráter, aliada a uma inteligência sagaz, ela soube construir um caminho entre as armadilhas da vida e se desvencilhar de sua ingrata condição de início”, pontua logo ao primeiro parágrafo.

Samaritana canta em sua alma, os versos e melodias, e constrói a cada passo a partitura de sua vida como se fosse um dos mais belos concertos de uma orquestra clássica.



São Luís, quarta-feira, 20 de abril de 2022

EQUATORIAL ENERGIA

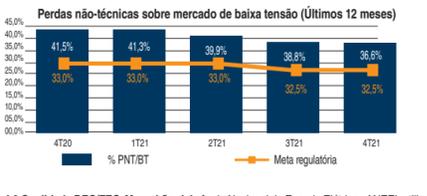
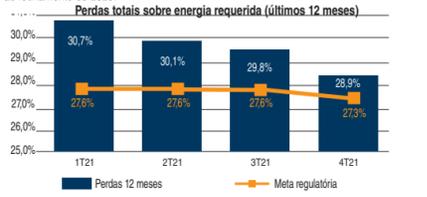
EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 32.695.147/0001-30

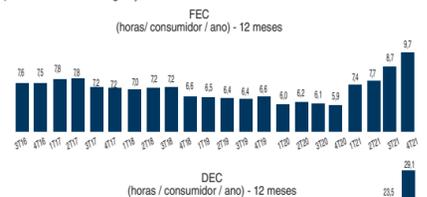
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da EQUATORIAL DISTRIBUIÇÃO S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa "Luz para Todos" (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram examinadas pelos auditores independentes. 01. Perfil da companhia. Visão geral. A Equatorial Distribuição S.A. é uma holding que atua no segmento de Distribuição de energia, como controladora das Distribuidoras de energia dos Estados do Maranhão e Pará. 02. Destaques de 2021. Em 2021, o EBITDA somou R\$3.462 bilhões, crescimento de 36% em relação ao valor apresentado em 2020. O volume total de energia (mercado cativo e livre) faturado Consolidado teve alta de 6,22% em relação ao exercício de 2020. Perdas totais recuaram nas duas distribuidoras em comparação a 2020, no estado do Pará (29,0%, - 0,8 p.p.) e Maranhão (18,5%, - 0,5 p.p.). Em 2021, os investimentos consolidados da Equatorial Distribuição totalizaram R\$ 1,685 bilhões, crescimento de 36% comparada a 2020, liderado pelo maior volume de investimentos executado no Pará, devido maior capacidade de mobilização das equipes. Aprovado índice de Revisão Periódica para Equatorial Maranhão, em 24 de agosto de 2021, com efeito médio para os clientes de +2,79% e Base de Remuneração Líquida de R\$ 4.366 bilhões (+31,9%). 03. Mensagem do Presidente. O exercício de 2021 foi um ano que marcou mais um passo importante na consolidação da Equatorial Distribuição, enquanto holding de duas das maiores distribuidoras de energia do país. Na Equatorial Maranhão, tivemos um conjunto de excelentes resultados, sobretudo nas áreas de mercado, aumento da demanda e financeira, em que pese o ano bastante desafiador em meio à onda do cenário mundial de pandemia. A economia deu sinais de recuperação, impulsionada principalmente pela expectativa positiva trazida pelo início da vacinação contra o COVID-19. No Maranhão esse princípio de retomada da economia trouxe um crescimento da energia distribuída de 5,4%, com destaque para as classes Residencial e Comercial, com crescimentos de, respectivamente, 4,7% e 7,8%. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos 2021 com lucro líquido de R\$943 milhões (35% maior que o ano anterior), geração de caixa operacional de R\$ 631 milhões e EBITDA de R\$1.466 milhões (35% maior que o ano anterior). Nossos investimentos totais atingiram o montante de R\$544 milhões, sendo próprios de R\$507 milhões e os relacionados ao Programa Luz para Todos - PLPT de R\$36 milhões. Nossos investimentos próprios focamos de forma consistente na melhoria, modernização, expansão da rede e serviços de distribuição de energia. No Programa Luz para Todos, avançamos com mais 2.440 novas ligações. Em nossos resultados operacionais, as Perdas de 2021 de 18,6% estão em linha com o ano anterior, registrando variação de apenas 0,04 p.p. acima. Nos indicadores de qualidade DEC e FEC (respectivamente, duração e frequência das interrupções de energia), tivemos crescimentos motivados por eventos atípicos no primeiro semestre do ano, sobretudo ligados à supridora, e dificuldades de disponibilidade no mercado de equipes para contratação e mobilização nas atividades correlatas a esses indicadores. Evidenciando um dos nossos valores, o foco em gente, ressaltamos com orgulho que nos mantivemos no ranking Great Place to Work - Melhores Empresas para Trabalhar, ranking do qual fazemos parte desde 2011, demonstrando a valorização e dedicação que temos aos nossos 1.330 colaboradores. Em 2021, fomos a melhor empresa no Estado do Maranhão para se trabalhar e no contexto Nacional nos encontramos entre as 100 melhores. Na Equatorial Pará, a companhia vem consolidando seu excelente desempenho a partir de sua mudança de controle, em 2012. A venda de energia elétrica na área de concessão cresceu 6,8%, diante do cenário macroeconômico adverso da região, mas isso não nos impediu de continuarmos evoluindo. Refletindo a eficiência operacional da Companhia, assim como o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos 2021 com lucro líquido de R\$ 1.026 milhões e geração de caixa operacional (EBITDA ajustado) de R\$ 2.1 bilhão. Nossos investimentos próprios atingiram R\$ 950 milhões e focamos na melhoria da qualidade do fornecimento e expansão do serviço de distribuição de energia. Através do Programa Luz para Todos, investimos mais R\$ 142 milhões, beneficiando aproximadamente 2 milhões de pessoas em todo o Estado do Pará. Como consequência dos investimentos e esforço contínuo de nossa equipe, mantivemos os níveis de qualidade oferecida aos nossos consumidores, através da medição dos indicadores DEC e FEC (respectivamente, duração e frequência das interrupções de energia), que se encontram abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL. O DEC encerrou 2021 em 22,1 horas, enquanto o FEC foi de 11,8 vezes. Apesar de nosso esforço, nossas perdas de energia encerraram o ano em 28,9%, com maior ligeiramente acima daquele determinado pela ANEEL (27,3%) em nossas tarifas. Em outro ponto que estamos entre as 100 melhores grandes empresas do Brasil no ranking Great Place to Work - Melhores Empresas para Trabalhar. Também nos mantivemos entre as 150 melhores empresas para se trabalhar em 2021 da Vóç S/A. Estamos entre as 3 melhores empresas para se trabalhar no setor de energia elétrica na região norte do Brasil, segundo a Vóç S/A. Demonstrando a valorização e dedicação que temos à nossa gente. Para 2022, mantivemos nosso foco na qualidade do serviço prestado, aplicação eficiente de nossos recursos financeiros e no compromisso com os nossos resultados. Aos colaboradores, dirigimos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança, que são essenciais tanto para todos os nossos consumidores, acionistas, fornecedores e parceiros. Carlos Augusto Leone Piani - Presidente do Conselho de Administração. 04. Gestão dos negócios. 4.1. Combate às perdas. Maranhão. Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Maranhão alcançou o patamar de 8.614 GWh, um aumento de 5,5% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 7.016 GWh, o que representou incremento de 5,4% também em 2020. Destle modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2021 totalizaram 1.598 GWh, equivalente a 18,56% da energia requerida, implicando em aumento residual de 0,04 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020, praticamente encerrando com os mesmos parâmetros do ano anterior.

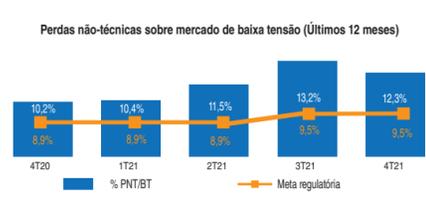
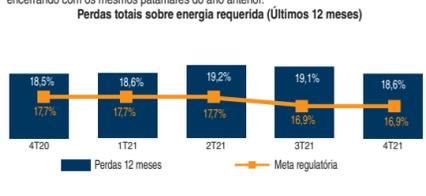
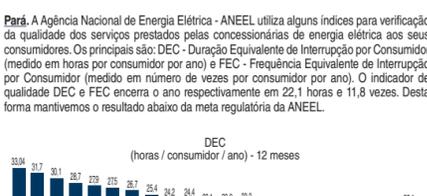
SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 23,6 mil clientes de baixa tensão, perfazendo um total de 32,9 mil clientes de baixa tensão com SMC. Recadastramento do parque de iluminação Pública de 69 municípios. Inspeção de 198,5 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão. Regularização de 9,5 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia. Regularização de 3,4 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular. Identificação e regularização de 36,3 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT. Instalação de 338 medidores físicos em transformadores de distribuição. Hoje a Equatorial Maranhão possui 11,8 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 57% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. Pará. Em 2021, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Pará alcançou o patamar de 13.311 GWh, aumento de 4,1% em relação a 2020, e o faturamento atingiu 8.452 GWh, o que representou aumento de 6,8% em relação a 2020. Deste modo, as perdas de energia registradas pela Companhia em 2020 totalizaram 3.859 GWh, equivalente a 28,9% da energia requerida, implicando em aumento de 2,7 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2020.



4.2. Qualidade DEC/FEC. Maranhão. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um aumento de 118,5% em relação ao exercício anterior, o FEC apresentou um aumento de 64,17% em relação ao exercício anterior. Os resultados do Maranhão foram impactados pelos efeitos de eventos atípicos, sobretudo relacionados às supridoras, ocorridos no primeiro semestre, com destaque para a falha em linha de transmissão no mês de janeiro, que ocasionou a interrupção do fornecimento por aproximadamente 4,5 horas na região de São Luís e afetando mais de 550 mil clientes da distribuidora. Destacamos ainda que os incrementos estão relacionados ao maior volume de chuvas e vento, e consequentemente, o aumento do número de ocorrências por interferências de vegetação em áreas remotas e rurais.



Pará. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerrou o ano respectivamente em 22,1 horas e 11,8 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.



O ano de 2021 foi marcado por grandes desafios. Ainda sofrendo reflexos da pandemia de COVID - 19, a Equatorial Maranhão buscou retomar seus processos aos parâmetros anteriores à da pandemia, sempre respeitando todos os protocolos de saúde definidos pelas autoridades competentes, e aplicando o padrão de excelência do Grupo Equatorial nas ações operacionais. Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2021: Regularização de 5,3 mil clientes em área de gambiarra sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; Inspeção de 3,3 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; Instalação de

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais). Tabela com colunas para Ativo Circulante, Não circulante, Total do ativo circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo Circulante, Não circulante, Total do passivo circulante, Não circulante, Total do passivo, e DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE.

05. Assuntos regulatórios. Reajuste Tarifário Anual 2021 - Equatorial Maranhão. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Homologatória nº 2.925 /2021 a ANEEL homologou o resultado do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão") com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2021 a 27 de agosto de 2022, com um reajuste de 2,79%.

(dois vírgula setenta e nove por cento positivo), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores do Estado do Maranhão. Reajuste Tarifário Anual 2021 - Equatorial Pará. Em 3 de agosto de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.920/2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará") sendo em média, reajustadas em 9,01% (nove vírgula zero um), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 7 de agosto de 2021 a 6 de agosto de 2022. 06. Relatório de ações sociais. Equatorial Maranhão. Energia é um serviço essencial para as pessoas, este late e inevitável, o diferencial está em como esse serviço é oferecido. Além de primar pela qualidade deste produto, a Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia oferece informação, desenvolvimento e cidadania por meio de suas ações e projetos e com pessoas engajadas. Desde o leiturista até o presidente, todos temos um compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado. Nossos colaboradores estão empenhados em identificar o que é importante para a comunidade e trabalha para levar mais do que o esperado. Vamos além de entregar energia elétrica com qualidade. Nossas ações refletem a estratégia de responsabilidade social empresarial da Equatorial Maranhão. O nosso compromisso é com a qualidade de vida das pessoas, contribuindo com uma transformação estrutural do Maranhão e primando pela nossa missão que é distribuir energia com qualidade para assegurar o desenvolvimento do Maranhão. Em 2021 executamos: 12 projetos esportivos por meio de uma Lei de Incentivo Estadual ao Esporte; 25 projetos culturais por meio da Lei de Incentivo Estadual à Cultura; 2.582 geladeiras distribuídas no E+ Geladeira Nova; 1.466 lâmpadas trocadas no E+ Comunidade; 228.000 novas famílias cadastradas na tarifa social baixa renda; 4,7 milhões de toneladas de resíduos no E+Reciclagem; Cerca de R\$ 240.000,00 em bônus no E+Reciclagem; Cerca de R\$ 63.000,00 em bônus para instituições sociais por meio do E+Reciclagem; 2.733 novos clientes cadastrados no E+Reciclagem; 20 postos de coleta no E+Reciclagem; 4 municípios com postos E+Reciclagem; 151 palestras sobre economia de energia por meio do E+Educação; 15 cursos de qualificação profissional realizados por meio do E+Profissional; 185 alunos formados por meio do E+Profissional; 2 projetos finalizados no E+Energia Bem; 88 equipamentos trocados por meio do E+Energia do Bem; 623 lâmpadas trocadas por meio do E+Energia do Bem; 2 sistemas de energia solar fotovoltaicas instalados por meio do E+Energia do Bem; 2 incentivos à Mobilidade Elétrica e redução da emissão de carbono no meio ambiente; Instalação do 1º eletroposto do Maranhão entre por meio do E+Mobilidade; 10 bicicletários elétricos disponíveis para população por meio do E+Mobilidade; 1 veículo elétrico doado para fiscalização de parques estaduais, da Capital, por meio do E+Mobilidade; 2 veículos elétricos adicionados à frota da Equatorial por meio do E+Mobilidade. Totalizando aproximadamente 1 milhão de pessoas alcançadas pelos projetos da Equatorial Maranhão. Entre os programas sociais em que a Equatorial Maranhão está envolvida, destacam-se: E+ ESPORTE e E+CULTURA. Desde 2021 a Equatorial Maranhão patrocina projetos por meio das Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte. Inicialmente esse era um processo mais reativo, porém procurados pelos proponentes e firmava-se um compromisso. A partir de 2014 iniciamos a política de editais e passamos a receber um número maior de projetos e assim, conhecer uma gama de projetos que antes não chegavam ao nosso conhecimento. Gradualmente esse número aumenta. Entretanto em 2020 e 2021, por causa da pandemia que assolou o mundo optamos por não realizar o edital porque não tínhamos ambiência para realizá-lo. Em 2021 a Equatorial Maranhão patrocinou 37 projetos, sendo 25 projetos culturais e 12 projetos esportivos. Destacamos entre os projetos esportivos o apoio ao Sampaio Basquete, time que representa o Maranhão na Liga de Basquete Feminino, Ações Esportivas do Jaracaty, que oferece aulas de judô, tênis de mesa e futsal para mais de 150 crianças e adolescentes. A Equatorial Maranhão acredita no poder de transformação por meio do esporte e por isso investe em projetos que tragam novas perspectivas a crianças e adolescentes tem sido uma das prioridades da Companhia. Assim patrocinamos diversas iniciativas que buscam a inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte, a exemplo da Copa de Basquete em cadeira de rodas, cedem, Davi Hermes e Equipando guerreiros. Na área cultural a Equatorial Maranhão se reconhece e se identifica cada vez como uma empresa que apoia e valoriza a cultura local. Ao longo desse ano 2021, apesar do cenário de pandemia, respeitando os protocolos de segurança, foram realizados festivais de música, estímulos aos artistas locais com teatro, música, publicações. Primamos pela valorização da cultura local sempre e a parte do nosso empenho em levar para o nosso cliente mais do que energia com qualidade, mas também acesso ao que temos de mais rico no Estado, nossa cultura popular. E+ ENERGIA VOLUNTÁRIA. O programa de voluntariado, E+Energia Voluntária, foi retomado após mais de um ano sem que suas atividades fossem realizadas pelos protocolos de segurança impostos pela pandemia. Em 2021 realizamos ações de Natal em todas as regionais, em parceria com o Papai Noel dos Correios e com a comunidade quilombola de Santana, no município de São José de Ribamar e com a Casa de Apoio da Fundação Antônio Dino (gestora do hospital Aldenora Belo). Tivemos um engajamento de mais de 300 pessoas com adoção de cartilhas que foram escritas por crianças para o bom velho e adotadas por nossos colaboradores. E+ PROFSSIONAL. Em 2021 retomamos o programa de qualificação profissional com o E+ Profissional, que tem como objetivo promover, de forma totalmente gratuita, cursos de formação e qualificação, para clientes cadastrados na tarifa social de energia elétrica, contribuindo assim para que mais pessoas estejam preparadas e tenham mais oportunidades no mercado de trabalho ou ainda montar pequenos negócios obtendo seus serviços. Por meio do E+ profissional atendemos mais de 180 pessoas em 5 municípios. E+ RECICLAGEM. O programa E+Reciclagem recebeu mais de 4 milhões de toneladas de resíduos em 2021. Isso representa 755 mil árvores não cortadas; economia de 2,1 bilhões de litros de água, mais de 351 mil kg de carvão; 94 mil toneladas de carbono deixadas de ser lançadas no ar, e ainda 143 mil MWh de energia economizadas, energia suficiente para abastecer 280 mil residências por um mês. Os resíduos deixados no E+Reciclagem geraram ainda, R\$ de R\$ 240 mil em descontos nas faturas de energia dos clientes e instituições sociais. Equatorial Pará. Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavirus ("COVID-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a empresa informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando a minimização de eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades. Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, no ano de 2021 a Equatorial Pará continuou com as várias ações nas comunidades do Estado, desenvolvendo e melhorando projetos, como: Cadastro de consumidores no E+Reciclagem, palestras educativas nas comunidades, mutirões e feiras em parceria com as mais diversas instituições do ESTADO, realizando acordos de parcelamento, trocas de titularidade dentre outros. A Equatorial tem projetos sociais que buscam proporcionar benefícios para a comunidade, dos quais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais). Tabela com colunas para Notas, Controladora, Consolidado e anos 2021 e 2020.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais). Tabela com colunas para Notas, Controladora, Consolidado e anos 2021 e 2020.

destacam-se: Arrecadação de recursos para organizações sociais. A futura de energia é utilizada como forma de auxiliar a recolta de entidades de Assistência Social, como UNICEF, Federação das APAES e outras com o mesmo fim. Destaque para parcerias com o Bem e Paderão, onde passamos a fomentar o esporte localmente. Ao optar por essa contribuição, o cliente poderá fazer sua doação por meio da futura de energia. Os recursos arrecadados são aplicados em ações para melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes de todo o Estado. E+ Comunidade. Para estar cada vez mais próxima de seus clientes, a Equatorial Pará promove projetos como este, que permitem estreitar o relacionamento e criar condições para melhor atend-los. Pelo projeto, a empresa também fomenta o diálogo sustentável com a comunidade, tendo como objetivo principal formar uma consciência sobre o uso seguro e sustentável da energia elétrica, de modo a estimular hábitos mais econômicos e eficientes desde serviço essencial. Por meio do Energia na Comunidade, a equipe da empresa realiza atendimento, levando às comunidades serviços como: segunda via de conta, negociação de débito, troca de titularidade e cadastro na tarifa social de energia elétrica, por meio de um contato personalizado e aproximativo. 07. Desempenho Econômico-Financeiro. 7.1. Receita Líquida. Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R\$ 13,5 bilhões, 35% superior a obtida no ano anterior. 7.1.2 Custos e Despesas Operacionais. No ano de 2021, o total de custos e despesas gerenciais e não gerenciais, excluindo depreciação e amortização, foi de R\$ 10,48 bilhões, equivalentes a 35% de crescimento. 7.1.3 EBITDA. Em 2021, o EBITDA atingiu R\$ 3.462 bilhões, 36% maior que o valor registrado no ano anterior que foi de R\$ 2.551 bilhões. 7.1.4 Resultado Financeiro. Em 2021, o resultado financeiro líquido (consolidado) foi negativo em R\$ 434 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R\$ 246 milhões registrada no ano de 2020. 7.1.5 Lucro Líquido. Em 2021, a Companhia alcançou Lucro Líquido de R\$ 1,953 bilhões, crescimento de 39% em relação ao ano anterior. 08. Investimentos

Investimentos (R\$MM) 2020 2021 Var.%. Tabela com colunas para Maranhão e Pará, com subcategorias de Ativos elétricos, Obrações especiais, Ativos não elétricos, Total e anos 2020 e 2021.

Os investimentos da EQTD somaram R\$1,685 bi no exercício 2021, o que apresentou um aumento de 36% em relação ao exercício de 2020. Essa redução está concentrada no Equatorial Pará, uma vez que já nos encontrávamos em um cenário mais controlado de pandemia, possibilitando maior mobilização de equipes nos cantos. 9.1.1 Investimentos Próprios. Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$507 milhões em 2021, diminuição de 3% em relação a 2020. Nos investimentos são principalmente focados em expansão e melhoria da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado. 9.1.2 Investimentos no Programa Luz Para Todos. Em 31 de dezembro de 2021, a Equatorial Maranhão alcança a marca histórica de 366,7 mil famílias ligadas à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, já está presente em 100% dos 217 municípios maranhenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2021, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 36 milhões. Equatorial Pará. 9.2. Investimentos Próprios. Os investimentos da EQTL PA, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$931 milhões em 2021, aumento de 88% em relação a 2020. Os investimentos concentraram em Expansão e Melhoria de Rede. 9.1.2 Investimentos no Programa Luz Para Todos e Mais Luz Para Amazônia (MLA). Ao final de 2021, a Equatorial Pará alcançou a marca histórica 456.710 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do PLPT, gerando um benefício direto para aproximadamente 2,28 milhões de habitantes. O PLPT já está presente em 99% dos 141 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 2021, o investimento direto no PLPT, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 125 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, a Equatorial Pará alcançou a marca de 2.783 clientes ligados por sistemas de geração remota através do MLA, gerando um benefício direto para aproximadamente 13.915 mil habitantes. O MLA já está presente em 4 dos 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o ano de 2021, o investimento direto no MLA, que inclui gastos contábeis com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 85 milhões.

Conselho de Administração. Conselho Fiscal. Diretoria Executiva. Tabela com nomes dos membros e cargos.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais). Tabela com colunas para Controladora, Consolidado e anos 2021 e 2020.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais). Tabela com colunas para Controladora, Consolidado e anos 2021 e 2020.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais). Tabela com colunas para Controladora, Consolidado e anos 2021 e 2020.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais). Tabela com colunas para Controladora, Consolidado e anos 2021 e 2020.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais). Tabela com colunas para Controladora, Consolidado e anos 2021 e 2020.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais). Tabela com colunas para Controladora, Consolidado e anos 2021 e 2020.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais). Tabela com colunas para Controladora, Consolidado e anos 2021 e 2020.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais). Tabela com colunas para Controladora, Consolidado e anos 2021 e 2020.

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ/MF nº 32.695.147/0001-30

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)										
	Notas	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
		Capital social	Reservas de capital	Legal	Reserva de dividendos adicionais					
Saldos em 31 de dezembro de 2019		4.638.718	113.401	9.791	139.521	5.299	4.306.737	1.081.147	5.387.877	42.186
Valor justo das opções de compra (Vesting period)		-	42.186	-	-	-	(42.186)	-	-	-
Dividendos adicionais de 2019 distribuídos		-	-	-	(139.521)	-	(139.521)	(14.401)	(153.922)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.132.463	1.132.463	269.453	1.401.916	-
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa		-	-	-	-	784	784	28	812	-
Benefícios pós-emprego - resultados atuariais		-	-	-	-	66	66	210	276	-
Destinação do lucro										
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	(56.623)	-	-	-	56.623
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(268.960)	(268.960)	(51.183)	(320.143)	-
Constituição de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(806.880)	(806.880)	(140.822)	(947.702)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.638.718	155.587	66.414	264.669	6.149	5.131.537	1.144.432	6.275.969	-
Valor justo das opções de compra (Vesting period)		26.414	-	-	-	-	-	-	-	18.872
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos		26.212	126,5	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.587.581	1.587.581	365.056	1.952.637	-
Resultado abrangente do exercício										
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa		26,3	-	-	-	(327,8)	(327,8)	(4,904)	(12,818)	-
Benefícios pós-emprego - resultados atuariais		26,3	-	-	-	(7.229)	(7.229)	285	(3.541)	-
Destinação do lucro										
Constituição da reserva legal		26,21	-	-	-	(79,379)	-	-	-	79,379
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		21	-	-	-	(377.051)	(377.051)	(73,316)	(450,367)	-
Constituição de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	117.333	(1.131.151)	(1.013,818)	(213,589)	(1.227,407)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		4.638.718	174.459	145.793	117.333	(4.956)	5.071.347	1.162.781	6.234.128	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Distribuição" ou "Controladora"), em conjunto com suas controladas, denominada "Grupo", é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, principalmente em operações de distribuição de energia elétrica. A Equatorial Energia S.A é controladora da "Equatorial Distribuição S.A. Entidades controladas". A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Notas	2021	2020
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	65,11%	65,11%
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	96,50%	96,50%

(a) Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Maranhão"): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, que atua na atividade principal de distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o Estado do Maranhão, atendendo 2.629.453(*) consumidores em 217(*) municípios e cobrindo uma área com 331.937 km², em 31 de dezembro de 2021. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060/2000, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Equatorial Maranhão em 28 de agosto de 2000, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Maranhão, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração, e **(b) Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Pará"):** Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na atividade principal de distribuição de energia elétrica na sua área de concessão legal que abrange todo o Estado do Pará, atendendo 2.810.985(*) consumidores em 144(*) municípios e cobrindo uma área com 124.871 km², em 31 de dezembro de 2021. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a Equatorial Pará em 28 de julho de 1998, possui vigência até julho de 2028, podendo ser renovado por mais um período de 30 anos a critério do poder concedente. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A Equatorial Pará, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração. (*) Não auditado. As controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará serão mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como "controladas". As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação. **12 Impactos da COVID-19.** Em março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia e suas controladas têm acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia. Em 1º de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 928/2021 que restabeleceu medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da Covid-19 e revogou as Resoluções Normativas nº 878 e nº 891 (revogadas em 19 de agosto de 2020). Com essa resolução, ficou novamente vedada a suspensão de fornecimento por inadimplência para alguns casos, como por exemplo, das unidades consumidoras das subclasses residenciais Baixa Renda e não existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica. Essas medidas estarão vigentes até 30 de julho de 2021, porém com a publicação da Resolução Normativa nº 936/2021, realizada em 15 de junho de 2021, foram prorrogadas por mais 90 dias. Com isso, a Resolução Normativa nº 936/2021, que manteve a proibição de cortes de energia por inadimplência de consumidores, e a suspensão de fornecimento de energia elétrica em função da pandemia, permanecerá vigente até 30 de setembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, não constam vigentes regulamentos que flexibilizem obrigações por motivo atribuído a pandemia. As controladas da Companhia, por serem reguladas, tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão. A Companhia e suas controladas apresentam abando os principais efeitos financeiros e econômicos da Covid-19: (i) Reavaliação dos gastos gerenciais e de os investimentos na distribuição para o ano corrente em função do cenário; (ii) Substituição de uma controlada Equatorial Maranhão está com um nível contratual de 105,51%, que ainda está dentro do limite de repasse das tarifas. A controlada Equatorial Pará está com um nível de cobertura contratual de 105,62%, classificada como involuntária que sucedeu o reconhecimento de um ativo financeiro no valor de R\$ 6.022; e (iii) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD). A partir de 1º de outubro de 2021, a ANEEL liberou a suspensão de fornecimento para os beneficiários da tarifa social, baixa renda, que estava previsto na Resolução nº 936/2021. Nesse contexto, as controladas da Companhia anteciparam Campanha de Negociação com condições diferenciadas para proporcionar a regularização das dívidas dos clientes Baixa Renda (as resoluções que proibiam a suspensão de fornecimento de energia elétrica em função da pandemia) e anteciparam suas atividades presenciais, mantendo ainda as medidas de distanciamento social e higiene previstas pela OMS. As controladas da Companhia continuaram monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis. **1.3 Conta-Covid.** Para aliviar parcialmente os impactos financeiros sofridos pelas distribuidoras por conta da pandemia, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 885/2020 que aborda os critérios e os procedimentos para gestão da Conta-Covid, destinada a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas de distribuidoras, criada pelo Decreto nº 10.350 de 18 de maio de 2020. A Conta-Covid visa antecipar os recursos financeiros das distribuidoras através de um mecanismo tarifário. Os seguintes itens foram considerados nos valores a serem antecipados: (i) sobrecontratação de energia; (ii) saldo de Compensação de Variação de Itens de Parcela A (CVA) em constituição, a serem constituídos e não amortizados, reconhecido no processo tarifário anterior à publicação da Resolução; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação, até 30 de junho de 2020, da aplicação dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras homologados até essa data; (v) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no processo tanto anterior à publicação da Resolução, e (vi) antecipação de itens financeiros da Parcela B. Em 03 de julho de 2020, as controladas da Companhia aderiram à Conta-Covid e com essa adesão são aplicadas restrições às distribuidoras controladas pela Companhia, sendo elas: (i) vedação de requerimentos de suspensão ou redução dos volumes de energia elétrica adquiridos por contratos de compra e venda de energia elétrica com fundamento na diminuição do consumo devido à pandemia, verificada até dezembro de 2020; (ii) limitação, no caso de inadimplimento intrasferrador, de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ao percentual mínimo legal de 25% do lucro líquido, preservada a constituição das reservas legais e para contingências; e (iii) renúncia ao direito de discutir, no âmbito judicial ou arbitral, as condições, prazos e obrigações estabelecidas nos preceitos legais e regulamentares sobre a Conta-Covid. Contudo, é preservado o direito de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro. Até 31 de dezembro de 2021, conforme os Despachos nº 2.177/2020, 2.353/2020, 2.640/2021, 2.914/2020, 3.197/2020, 3.490/2020 e 46/2021, respectivamente, publicados pela ANEEL, as controladas da Companhia receberam o montante de R\$ 769.439 da Conta-Covid. A tabela a seguir, apresenta o repasse por Distribuidora:

Distribuidora	31/07/2020	12/08/2020	14/09/2020	13/10/2020	12/11/2020	14/12/2020	12/01/2021	Total
Equatorial Maranhão	116.674	19.114	9.472	206	1.698	59.930	38.127	245.221
Equatorial Pará	284.511	30.622	7.265	-	89.680	118.620	754.218	1.504.316
Total	401.185	49.736	10.737	206	1.698	149.510	156.747	799.537

As controladas da Equatorial Distribuição S.A. concluíram que o repasse da Conta-Covid é uma amortização diretamente pelo poder concedente, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), de parcelas que, em situações normais, seriam recebidas posteriormente via tarifa após incluídas nos reajustes tarifários. Desta forma, via antecipação da parcela A e itens financeiros, as controladas da Companhia registraram acréscimo de caixa, contra o recebimento do ativo financeiro setorial ou constituição de passivo financeiro setorial, em igual valor ao repasse dos recursos financeiros recebidos da CCEE. No caso dos passivos financeiros setoriais, esses serão amortizados quando do repasse dos efeitos da parcela A para o consumidor nos reajustes tarifários. Vale lembrar que a Companhia e suas controladas trabalham com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. **2. Contratos de concessão de distribuição de energia elétrica:** Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. **2.1 Equatorial Maranhão:** Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000 (Contrato de Concessão), assinado em 28 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Maranhão e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. A Equatorial Maranhão, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração. **2.2 Equatorial Pará:** Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998 (Contrato de Concessão), assinado em 28 de julho de 1998, celebrado entre a ANEEL, a Equatorial Pará e a Equatorial Energia, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. A Equatorial Pará, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração. **2.2.1 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados.** Em licitação na modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, referente a 23 Usinas Termelétricas – UTE passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) a desde fevereiro de 2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os serviços que a Companhia também se utiliza das orientações contidas no Sistema Nacional Interligado (SINI), perdendo assim a validade do contrato 181/1998. Os prazos desse contrato, em sua maioria, são de 5 anos prorrogáveis por 12 meses. O processo acima tornou o Consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo à Equatorial Pará a distribuição de energia elétrica nos municípios supra mencionados e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 001/2017. **3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. 3.1 Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCO 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As controladas da Companhia também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de março de 2022. **3.2 Base de mensuração.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado e outros resultados abrangentes, quando requerido nos itens 3.3 **Base funcional e de apuração.** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas em Reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos apresentados foram arredondados para olhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas e ajustadas de acordo com o desempenho e as condições econômicas prospectivamente. **3.4.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas.** As informações sobre julgamentos, incertezas sobre premissas e estimativas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 4.1 – Base de consolidação:** Determinação se o Grupo detém de fato o controle sobre uma investida; **• Nota explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes:** Estimativas dos montantes da receita sobre energia consumida, porém não faturada; **• Nota explicativa nº 8.2 - Perdas esperadas para o valor recuperável de créditos a receber e a receber de clientes:** Estimativas de provisão para créditos a receber de clientes; **• Nota explicativa nº 9 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros:** Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens; **• Nota explicativa nº 12 – Equivalência patrimonial em investimentos:** Determinação se o Grupotem influência significativa sobre uma investida; **• Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; **• Nota explicativa nº 14 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão; **• Nota explicativa nº 14.4 - Valor líquido de instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação; **• Nota explicativa nº 26.4 - Planos de opção de compra de ações:** Probabilidade de exercício de opções; **• Nota explicativa nº 27 – Receita operacional líquida:** Quando as controladas da Companhia prestam serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados; **• Nota explicativa nº 31 - Benefício pós-emprego:** Reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxa de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões; **• Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos; **• Nota explicativa nº 4.2 - Avaliação de ativos e passivos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação; **• Nota explicativa nº 26.4 - Planos de opção de compra de ações:** Probabilidade de exercício de opções; **• Nota explicativa nº 27 – Receita operacional líquida:** Quando as controladas da Companhia prestam serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados; **• Nota explicativa nº 31 - Benefício pós-emprego:** Reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxa de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões; **• Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos; **• Nota explicativa nº 24 - Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos; • Nota explicativa nº 26.4 - Planos de opção de compra de ações:** Probabilidade de exercício de opções; **• Nota explicativa nº 27 – Receita operacional líquida:** Quando as controladas da Companhia prestam serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados; **• Nota explicativa nº 31 - Benefício pós-emprego:** Reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxa de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões; **• Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos; **(a) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação de mercado ordenada e realizada entre partes conhecedoras e dispostas a negociar o ativo ou transferir o passivo ocorrerá; **• No mercado principal para o ativo ou passivo;** e **• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.** Mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todos os mensuramentos significativos de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação é formada entre o pessoal operacional e o pessoal de auditoria independente. **• Nota explicativa nº 4.2 - Avaliação de ativos e passivos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justopor meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. **(b) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação de mercado ordenada e realizada entre partes conhecedoras e dispostas a negociar o ativo ou transferir o passivo ocorrerá; **• No mercado principal para o ativo ou passivo;** e **• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.** Mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todos os mensuramentos significativos de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação é formada entre o pessoal operacional e o pessoal de auditoria independente. **• Nota explicativa nº 4.2 - Avaliação de ativos e passivos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justopor meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. **(c) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação de mercado ordenada e realizada entre partes conhecedoras e dispostas a negociar o ativo ou transferir o passivo ocorrerá; **• No mercado principal para o ativo ou passivo;** e **• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.** Mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todos os mensuramentos significativos de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação é formada entre o pessoal operacional e o pessoal de auditoria independente. **• Nota explicativa nº 4.2 - Avaliação de ativos e passivos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justopor meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. **(d) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação de mercado ordenada e realizada entre partes conhecedoras e dispostas a negociar o ativo ou transferir o passivo ocorrerá; **• No mercado principal para o ativo ou passivo;** e **• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.** Mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todos os mensuramentos significativos de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação é formada entre o pessoal operacional e o pessoal de auditoria independente. **• Nota explicativa nº 4.2 - Avaliação de ativos e passivos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justopor meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. **(e) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação de mercado ordenada e realizada entre partes conhecedoras e dispostas a negociar o ativo ou transferir o passivo ocorrerá; **• No mercado principal para o ativo ou passivo;** e **• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.** Mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todos os mensuramentos significativos de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação é formada entre o pessoal operacional e o pessoal de auditoria independente. **• Nota explicativa nº 4.2 - Avaliação de ativos e passivos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justopor meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. **(f) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação de mercado ordenada e realizada entre partes conhecedoras e dispostas a negociar o ativo ou transferir o passivo ocorrerá; **• No mercado principal para o ativo ou passivo;** e **• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.** Mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todos os mensuramentos significativos de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação é formada entre o pessoal operacional e o pessoal de auditoria independente. **• Nota explicativa nº 4.2 - Avaliação de ativos e passivos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justopor meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. **(g) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação de mercado ordenada e realizada entre partes conhecedoras e dispostas a negociar o ativo ou transferir o passivo ocorrerá; **• No mercado principal para o ativo ou passivo;** e **• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.** Mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todos os mensuramentos significativos de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação é formada entre o pessoal operacional e o pessoal de auditoria independente. **• Nota explicativa nº 4.2 - Avaliação de ativos e passivos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justopor meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. **(h) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação de mercado ordenada e realizada entre partes conhecedoras e dispostas a negociar o ativo ou transferir o passivo ocorrerá; **• No mercado principal para o ativo ou passivo;** e **• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.** Mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todos os mensuramentos significativos de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação é formada entre o pessoal operacional e o pessoal de auditoria independente. **• Nota explicativa nº 4.2 - Avaliação de ativos e passivos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justopor meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. **(i) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação de mercado ordenada e realizada entre partes conhecedoras e dispostas a negociar o ativo ou transferir o passivo ocorrerá; **• No mercado principal para o ativo ou passivo;** e **• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.** Mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todos os mensuramentos significativos de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação é formada entre o pessoal operacional e o pessoal de auditoria independente. **• Nota explicativa nº 4.2 - Avaliação de ativos e passivos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justopor meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. **(j) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação de mercado ordenada e realizada entre partes conhecedoras e dispostas a negociar o ativo ou transferir o passivo ocorrerá; **• No mercado principal para o ativo ou passivo;** e **• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.** Mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todos os mensuramentos significativos de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação é formada entre o pessoal operacional e o pessoal de auditoria independente. **• Nota explicativa nº 4.2 - Avaliação de ativos e passivos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia e suas controladas utilizaram a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justopor meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. **(k) Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação de mercado ordenada e realizada entre partes conhecedoras e dispostas a negociar o ativo ou transferir o passivo ocorrerá; **• No mercado principal para o ativo ou passivo;** e **• Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.** Mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura

EQUATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ/MF nº 32.695.147/0001-30

continuação

divida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido paragnegociado, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. (b) **Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios.** A Companhia e suas controladas realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos financeiros; • O desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. (c) **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, ou "principal" são definidos como uma contraaprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimo (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo não for insignificante no reconhecimento inicial. (d) **Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas.**

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo, o resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, e reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados.

(e) **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas.** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por ser designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **4.15.3 Desreconhecimento.** (a) **Ativos financeiros.** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação nua substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou ao qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. (b) **Passivos financeiros.** A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraaprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (c) **Reforma na taxa de juros.** Quando a base para determinar os juros de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro muda do custo amortizado ao custo amortizado com base na reforma da taxa de juros, as controladas da Companhia atualizam primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: • A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e • A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior, ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, as mudanças não são determinadas com base nos fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, as controladas da Companhia atualizam primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, as controladas da Companhia aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. **4.15.4 Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial líquido, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e o passivo líquido. **4.16 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge.** As controladas da Companhia mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições a riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo: (a) **Hedge diretamente afetados pela reforma da taxa de juros de referência.** As alterações da Companhia alteram a descrição do instrumento de *hedge* apenas se as seguintes condições forem atendidas: (i) a reforma da taxa de juros de referência não usou a reforma da base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de *hedge* ou usando outra abordagem que seja economicamente equivalente à alteração da base para determinar os fluxos de caixa contratuais do instrumento de *hedge* original; e (ii) o instrumento de *hedge* original não é desreconhecido. (b) **Hedge de fluxo de caixa.** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo/reconhecido em ORA limita-se a mudança cumulativa no valor justo do objeto de *hedge*, determinando prazos para a reversão de *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. **4.16 Capital social. 4.16.1 Ações ordinárias.** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor recuperado, líquido de impostos. **4.16.2 Ações preferenciais.** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro à Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido nadas de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **4.16.3 Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 08 (R1) – Atualização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados passivo circulante. O estado-titular da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos. A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de "dividendo adicional superior". Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. Conforme disposto no acordo de acionistas, as ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito a dividendos distribuídos pela Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo, em cada exercício social, aos seus acionistas, a deliberação do pagamento é realizada pela Companhia em assembleia, até que o valor total pago seja equivalente a: (a) 15% do lucro líquido apurado pela Companhia de acordo com a definição constante do art. 191 da Lei das Sociedades por ações, feitas as deduções exigidas no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações e subtraindo-se do valor resultante os valores que tenham sido auferidos pela Equatorial Pará S.A. e Equatorial Maranhão, no âmbito das ações judiciais de cunho fiscal nas quais as Subsidiárias são autoras, tendo como objetivo de discussão débitos de PIS/COFINS (Póles fiscais) e já consideradas quaisquer outras deduções aplicáveis ("lucro líquido") auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativos aos exercícios sociais de 2019, 2020, 2021 e 2022; (b) 40% do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas aos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025; e (c) 55% do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições a partir do exercício social de 2026 em diante. **4.17 Recuperação de valor recuperável (impairment).** **4.17.1 Ativos financeiros não derivativos.** As controladas da Companhia reconhecem estimativas para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. As estimativas são determinadas com base em uma interação a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados com perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida de baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; • As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas ao valor líquido à perda de crédito de espera para a vida de cada instrumento. As provisões para perdas de crédito de um ativo financeiro aumentam ou diminuem significativamente desde o reconhecimento inicial e se estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As controladas da Companhia elaboraram um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 33.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros para mais detalhes. As controladas da Companhia consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e em suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas pelo risco de crédito, considerando o custo amortizado ou o valor justo, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; ou • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito. **4.17.2 Ativos financeiros com problema de recuperação.** Em cada data de balanço, as controladas da Companhia avaliam se os ativos financeiros contidos no balanço estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto potencial nos fluxos de caixa futurísticos do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido às controladas da Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização/financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, as controladas da Companhia não identificaram ativos financeiros com problemas de recuperação. **4.17.3 Ativos não financeiros.** As controladas da Companhia possuem uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que geram entradas de caixa pelo seu custo contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda desse valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. As controladas da Companhia concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **4.18 Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, com exceção dos parcelamentos, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é constituído pela provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. As controladas da Companhia concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **4.19 Provisões.** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exatidão ou força de um contrato de seguro, o reconhecimento é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa efetiva de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. (a) **Provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios.** As provisões para os processos judiciais constituídas para os processos litigiosos para os quais há uma saída de recursos seja a partir de uma ação ou de uma obrigação/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (b) **Perdas esperadas para redução ao valor recuperável para créditos de liquidação dividual (PECLD)** são avaliadas com o modo de perda de provisão de liquidação dividual (PECLD) é mensurada a partir do *aging list* das contas a receber das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia através da matriz de provisão. A matriz de provisão estabelece os percentuais de risco quanto ao não recebimento dos valores recebíveis de acordo com cada faixa do *aging list*. A matriz de provisão adotada é resultado do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e dos parcelamentos no período histórico analisado de 5 (cinco) anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica dos consumidores com a fatura de energia elétrica e do parcelamento, capturando a eficiência da cobrança adotada pelas Controladas da Companhia, as quais utilizam uma matriz de provisão das demonstrações contábeis conforme BR GAAP, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **4.21 Principais mudanças nas políticas contábeis. 4.21.1 Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021.** A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. (a) **Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros e Referência.** As alterações aos Normativos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 foram adotadas com o objetivo de refletir todas as relações de provisão diretas e indiretas afetadas pela reforma da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitou incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* ou do instrumento de *hedge*. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, uma vez que não possui relações de *hedge* de taxas de juros. (b) **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários/Contratos de Arrendamento.** A alteração prevê concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionado ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. **4.22 Novas normas e interpretações adotadas vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. (a) **Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste de custo de abertura de balanço. Os comparativos não são representados. (b) **IFRS 17 – Contratos de Seguro.** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e seguradoras) e aplica-se a todas as entidades que emitem ou seguradoras, independentemente das garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Essa norma não se aplica à Companhia e suas controladas. (c) **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 da IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo não afetaria sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. (d) **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu *Practice Statement 2* alinhado ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Marking Materiality Judgments*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da Companhia para divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicadas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornecem guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção dessa alteração não é necessária. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto dessas alterações em suas demonstrações contábeis divulgadas. (e) **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão parâmetros nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se a entidade não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. (f) **Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir: A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas: • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32/IAS 12); e • Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020. **5. Assuntos regulatórios. 5.1 Bandeiras Tarifárias.** A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. O Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), Submódulo 6.8 – Bandeiras Tarifárias tem por objetivo estabelecer as definições, metodologias e procedimentos de aplicação das Bandeiras Tarifárias. Os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras serão apurados a partir do resultado líquido das receitas e custos das distribuidoras, de acordo com a situação mensal verificada. Desse montante, as Controladas deverão passar a aportar na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB-T) apenas as receitas excedentes. As alterações ao IAS 1 são aplicadas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. (d) **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu *Practice Statement 2* alinhado ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Marking Materiality Judgments*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da Companhia para divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicadas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornecem guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção dessa alteração não é necessária. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto dessas alterações em suas demonstrações contábeis divulgadas. (e) **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão parâmetros nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se a entidade não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. (f) **Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir: A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas: • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32/IAS 12); e • Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020. **5. Assuntos regulatórios. 5.1 Bandeiras Tarifárias.** A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. O Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), Submódulo 6.8 – Bandeiras Tarifárias tem por objetivo estabelecer as definições, metodologias e procedimentos de aplicação das Bandeiras Tarifárias. Os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras serão apurados a partir do resultado líquido das receitas e custos das distribuidoras, de acordo com a situação mensal verificada. Desse montante, as Controladas deverão passar a aportar na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB-T) apenas as receitas excedentes. As alterações ao IAS 1 são aplicadas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. (d) **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu *Practice Statement 2* alinhado ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Marking Materiality Judgments*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da Companhia para divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicadas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornecem guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção dessa alteração não é necessária. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto dessas alterações em suas demonstrações contábeis divulgadas. (e) **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão parâmetros nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se a entidade não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. (f) **Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir: A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas: • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32/IAS 12); e • Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020. **5. Assuntos regulatórios. 5.1 Bandeiras Tarifárias.** A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. O Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), Submódulo 6.8 – Bandeiras Tarifárias tem por objetivo estabelecer as definições, metodologias e procedimentos de aplicação das Bandeiras Tarifárias. Os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras serão apurados a partir do resultado líquido das receitas e custos das distribuidoras, de acordo com a situação mensal verificada. Desse montante, as Controladas deverão passar a aportar na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB-T) apenas as receitas excedentes. As alterações ao IAS 1 são aplicadas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. (d) **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu *Practice Statement 2* alinhado ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Marking Materiality Judgments*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da Companhia para divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicadas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornecem guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção dessa alteração não é necessária. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto dessas alterações em suas demonstrações contábeis divulgadas. (e) **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão parâmetros nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se a entidade não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. (f) **Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir: A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas: • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32/IAS 12); e • Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020. **5. Assuntos regulatórios. 5.1 Bandeiras Tarifárias.** A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. O Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), Submódulo 6.8 – Bandeiras Tarifárias tem por objetivo estabelecer as definições, metodologias e procedimentos de aplicação das Bandeiras Tarifárias. Os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras serão apurados a partir do resultado líquido das receitas e custos das distribuidoras, de acordo com a situação mensal verificada. Desse montante, as Controladas deverão passar a aportar na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB-T) apenas as receitas excedentes. As alterações ao IAS 1 são aplicadas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. (d) **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu *Practice Statement 2* alinhado ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Marking Materiality Judgments*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da Companhia para divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicadas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com a adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornecem guias não obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção dessa alteração não é necessária. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto dessas alterações em suas demonstrações contábeis divulgadas. (e) **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão parâmetros nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se a entidade não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. (f) **Outras normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir: A Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos quando da entrada em vigor dessas normas: • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32/IAS 12); e • Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020. **5. Assuntos regulatórios. 5.1 Bandeiras Tarifárias.** A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. O Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), Submódulo 6.8 – Bandeiras Tarifárias tem por objetivo estabelecer as definições, metodologias e procedimentos de aplicação das Bandeiras Tarifárias. Os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras serão apurados a partir do resultado líquido das receitas e custos das distribuidoras, de acordo com a situação mensal verificada. Desse montante, as Controladas deverão passar a aportar na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRB-T) apenas as receitas excedentes. As alterações ao IAS 1 são aplicadas para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia e suas controladas avaliam o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. (d) **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis.** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu *Practice Statement 2* alinhado ao IAS 1 (norma correlata ao CPC

São Luís, quarta-feira, 20 de abril de 2022

EQATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ/MF nº 32.695.147/0001-30

(a) O saldo da CVA (compensação de variação de itens da parcela A) de energia teve como movimentação as constituições positivas dos custos com efeito disponibilizado, risco hidrológico (nota explicativa nº 32.5 f). - Risco de escassez de energia (risco hidrológico) e exposição financeira repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva no exercício de R\$ 861.437 (R\$ 389.188 da Equatorial Maranhão e R\$ 472.249 da Equatorial Piauí). Ademais tem-se o adiantamento das usinas termelétricas motivada pelo cenário de escassez hídrica. Os contratos de energia tiveram constituições positivas de R\$232.799 (R\$ 134.088 da Equatorial Maranhão e R\$ 98.711 da Equatorial Pará), o que refletiu um preço médio de pagamento maior em relação a cobertura tarifária, esse resultado é devido ao aumento dos despachos térmicos no último semestre, o que elevou a parcela variável dos contratos de energia por disponibilização gerando um efeito líquido de constituição de CVA positivo em R\$ 1.094.236 (R\$ 523.276 da Equatorial Maranhão e R\$ 570.960 da Equatorial Pará). O impacto da amortização para esse exercício foi negativo em R\$ (205.576) (R\$ 98.715 da Equatorial Maranhão e R\$ 106.861 da Equatorial Pará); (b) ESS (Encargo de Serviço do Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despatchadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (preço de liquidação das diferenças). A medida de despatch dessas térmicas é tomada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) para garantir a segurança energética do sistema. Em resumo, o valor de previsão do ESS concedido pela ANEEL nos processos tarifários foi inferior aos custos efetivamente pagos. Com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a conta de Encargos de Serviços do Sistema (ESS) resultou em uma constituição ativa de R\$ 786.486 (R\$ 457.661 na Equatorial Pará e R\$ 328.825 na Equatorial Maranhão) e o impacto da amortização foi de R\$ (329.874) (R\$ 145.970 na Equatorial Maranhão) referente à constituição da CVA ESS, R\$ (125.225) (R\$ 73.883 na Equatorial Pará e R\$ 51.342) na Equatorial Maranhão) passivo referente ao excedente financeiro de energia de reserva e R\$ (85.523) (R\$ 49.720 na Equatorial Pará e R\$ 35.803) na Equatorial Maranhão) referente ao repasse de bandeira ESS. O impacto da amortização do exercício de R\$ (437.175) na Equatorial Pará e R\$ (21.700) na Equatorial Maranhão) e o valor de R\$ (83.203) referente ao recebimento da conta centralizadora (CCRB), forma de antecipação para ativo das despesas de ESS e por conseguinte reduzindo a constituição da CVA dos próximos reajustes; (c) Referem-se aos repasses da Conta-Covid, conforme Despachos nº 2.177/2020, 2.352/2020, 2.640/2020, 2.914/2020, 3.197/2020, 3.490/2020 e 46/2021 publicados pela ANEEL, representados principalmente por: (i) R\$ 156.747 (R\$ 38.127 da Equatorial Maranhão e R\$ 118.620 da Equatorial Pará) valores recebidos em 12 de janeiro de 2021, conforme o Despacho 046/2021; e (ii) R\$ 382.501 (R\$ 115.463 da Equatorial Maranhão e R\$ 267.038 da Equatorial Pará) amortizado (parcela A e itens financeiros) através da tarifa homologada no Reajuste Tarifário das controladas no exercício; (d) A constituição do saldo negativo de R\$ 115.298) (R\$ 55.592) na Equatorial Pará e R\$ 59.706) na Equatorial Maranhão) decorre do aumento de volume de vendas de energia por meio de R\$ 329,874/MWh da Equatorial Pará e R\$ 265,98/MWh da Equatorial Maranhão, ambos superiores ao preço médio de compra de energia de R\$ 191,57/MWh da Equatorial Pará e R\$ 196,17/MWh da Equatorial Maranhão. O impacto da amortização do exercício foi de R\$ 43.836 (R\$ 47.636 da Equatorial Pará e de R\$ 3.800) da Equatorial Maranhão); (e) A Resolução Normativa nº 414/2010 estabeleceu a obrigatoriedade da cobrança de demandas que excederem em mais de 5% os valores previamente contratados por ponto de conexão, sendo a chamada "ultrapassagem de demanda". Além disso, também determina que seja aplicada cobrança sobre os montantes de energia realia e demanda de potência realia que infringirem o limite que resulte em fator de potência igual a 0,92, sendo chamado "excedente de reativos". O valor negativo constituído no exercício de 2021 foi R\$ (39.410) (R\$ 27.623) na Equatorial Pará e R\$ 11.787) na Equatorial Maranhão). O tratamento das despesas recorrentes adicionais auferida pela distribuidora, calculada conforme o submódulo 2.1 do procedimento de regulação tarifária - PRORET, onde também define: a partir da segunda revisão tarifária posterior ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, os valores devem ser subtraídos da Parcela B, proporcionalmente de acordo com o ciclo tarifário da Companhia e corrigidos pela SELIC. O impacto da amortização do exercício foi R\$ 79.655 (R\$ 74.830) referente à Equatorial Maranhão e R\$ 5.025 referente à Equatorial Pará. (f) Acordos bilaterais com geradoras (CECEAR). Trata-se de um efeito tarifário decorrente de acordos bilaterais entre distribuidoras de energia e geradoras, signatárias de contratos de comercialização de energia no ambiente regulado - CECEAR, nos termos da REN 711/2016, a modo de prover mecanismo adicional de adequação dos níveis de contratação de energia. Em 31 de dezembro de 2021, o montante era R\$ 139 (R\$ 78,368 em 31 de dezembro de 2020) e o impacto da amortização foi de R\$ (78,445). (g) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET, submódulo 4.4 - demais componentes financeiros, item 5.1. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada. Em 31 de dezembro de 2021, o montante era R\$ 212.991 (R\$ 103.814) em 31 de dezembro de 2020) e (h) Não exercício houve o esboscamento CCRBT no montante de R\$ 883.977 (R\$ 408.649 da Equatorial Maranhão e R\$ 503.488 da Equatorial Pará efetivamente faturado no ano de 2021, conforme nota explicativa nº 5.2 e R\$ 193.090 da Equatorial Maranhão e R\$ 15.070 da Equatorial Pará de reversão do provisionamento de dezembro de 2020). A bandeira tarifária é uma forma de antecipação do reajuste seguinte, quando ocorre o batimento de bandeira tarifária ou mesmo recebimento via conta centralizadora de energia. Em que os valores são baixados da receita de CVA para não cobrar futuramente no reajuste. Quanto à realização, os valores apurados de Energia F/ESS/Sobrecotação, que possuem cobertura de bandeira tarifária no exercício, são homologados pela ANEEL pelo valor líquido e a realização (amortização) ocorre mensalmente pelos faturamentos da tarifa vigente. Quando ocorre o batimento da bandeira tarifária aos consumidores, impacta a receita de CVA e a Companhia posiciona-se para não pagar a tarifa de CVA. Já quando ocorre recebimento de bandeira tarifária da conta centralizadora, impacta a receita de disposição passivamente e reduz a receita de CVA. Para mais informações, ver detalhadamente na nota explicativa nº 32.5 f). Risco de escassez de energia (Risco hidrológico). Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas e adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.925, de 24 de agosto de 2021, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da Equatorial Maranhão, e as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2021 com vigência até 27 de agosto de 2022, através da Resolução Homologatória nº 2.920, de 03 de agosto de 2021. A ANEEL homologou o Reajuste Tarifário Anual, as Tarifas de Energia - T e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da controlada Equatorial Pará. As novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2021 com vigência até 6 de agosto de 2022. As tarifas de aplicação das controladas, constantes da Resolução Homologatória nº 2.925, 24 de agosto de 2021, foram reajustadas em média +2,79% (dois inteiros e setenta e nove por cento) na Equatorial Maranhão, +5% (nove inteiros e zero virgula um por cento) na Equatorial Pará conforme Resolução Homologatória nº 2.920, de 03 de agosto de 2021, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos pelas controladas. Neste processo, as CVAs contabilizadas pelas controladas são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado pela Equatorial Maranhão e Equatorial Pará e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças dessas despesas, pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas. 10 Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado):

	2021	2020
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	92.602	81.503
INS (b)	1.611	6.683
PIS e COFINS (c)	15.547	15.646
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (b) - nota explicativa nº 25	49.237	674.859
Outros	17.085	17.045
Total circulante	610.329	781.636

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

	2021	2020
Equatorial Maranhão	65.108	61.503
Equatorial Pará	96.492	74.859
Total	161.600	136.362

São Luís, quarta-feira, 20 de abril de 2022

EQATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ/MF nº 32.695.147/0001-30

continuação

19. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	2021	2020
Circulante		
ICMS	249.387	188.971
ICMS parcelamento (a)	12.669	12.496
PIS e COFINS	42.337	37.739
Encargos sociais e outros	17.842	12.423
ISL	73.151	10.027
Total	329.550	261.656
Não circulante		
ICMS	63.926	122.956
ICMS parcelamento (a)	38.106	48.350
ISS	3.712	3.268
Total	105.744	174.574

Total impostos e contribuições a recolher

(a) A controladora Equatorial Pará possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente, onde sua variação deve-se à adesão de um novo parcelamento de ICMS no mês de fevereiro de 2019, sendo sua última parcela em janeiro de 2024, e para os demais parcelamentos sua liquidação será em julho de 2023. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, é acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, calculada a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.		
(b) Programa de incentivo ICMS parcelado da Equatorial Pará	435.294	436.230

	2021	2020
Circulante	12.669	25%
2023	11.497	22%
2024	4.726	9%
2025	3.322	7%
Após 2025	18.561	37%
Não circulante	38.106	73%
Total ICMS parcelamento	50.775	100%

20. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos (Consolidado)

20.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2021	2020
Ativos de:		
Prejuízo fiscal	-	39.810
Base negativa	-	26.529
Diferenças temporárias: Provisão para contingências	92.300	86.109
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	253.712	214.022
Provisão atuarial	15.373	12.104
Provisão para participação nos lucros	14.071	12.894
Custo de Construção - CPC 47	872	965
Arrendamento - CPC 06 (R2)	1.614	993
Intangível - concessão-Aquisição Equatorial Pará	48.573	48.473
Atualização do ativo financeiro VNR e AVP	1.333	-
Outras diferenças temporárias	21.185	19.364
Total	449.033	394.924
Diferenças temporárias: Provisão para contingências	449.033	461.263

20.2 Movimentação dos tributos diferidos

	2021	2020
Reconhecimento no resultado		
Valor líquido		
Ativo fiscal diferido		
Passivo fiscal diferido		
IRPJ prejuízos fiscais	39.809	-
Base negativa de CSLL	26.529	-
Provisão para contingências	86.109	-
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	214.022	-
Provisão para participação nos lucros	12.895	-
Custo de Construção - CPC 47	965	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	985	-
Swap	(107.716)	-
Provisão atuarial	12.015	-
Recicla de construção - CPC 47	-	(166)
Instrumentos financeiros - CPC 48	-	(4.952)
Depreciação acelerada	(620.462)	-
Atualização do ativo financeiro	(381.749)	-
Outras despesas não dedutíveis	8.945	-
Intangível - mais-valia concessão-Aquisição	-	(4.852)
EOTL Pará	48.473	-
Reavaliação bens da concessão	(41.192)	-
Total	(700.522)	-

20.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e de contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está demonstrada a seguir:

	2021	2020
IRPJ	15.875.811	11.322.463
CSLL	1.587.581	1.132.463
Alíquota fiscal	25%	25%
Peia alíquota fiscal (A)	396.895	283.116
Adições:		
Equivalência patrimonial	3.913	1.409
Total adições (B)	3.913	1.409
Exclusões:		
Equivalência patrimonial	(400.840)	(288.686)
Total exclusões (C)	(400.840)	(288.686)
Descontabilização fiscal (limite legal) (D)	(32)	(596)
Total de IRPJ e CSLL do exercício E = (A) + (B) + (C) - (D)	-	-

Consolidado

	2021	2020
IRPJ	2.438.717	1.800.974
CSLL	2.438.717	1.800.974
Alíquota fiscal	25%	25%
Peia alíquota fiscal (A)	606.679	450.244
Adições:		
Provisão para contingências	4.552	627
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável do contas a receber	304.712	378.428
Ajuste a valor presente	6.200	2.175
Valor novo de reposição-VNR	63.552	23.018
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	5.049	5.421
Provisão para fundo de pensão	5.418	1.951
Provisão para participação nos lucros	1.497	1.166
Variação SWAP	15.818	5.694
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/FRS 16	573	706
Depreciação acelerada	36.998	35.851
Outras provisões permanentes	21.163	9.511
Total adições (B)	465.532	480.478
Exclusões:		
Perdas esperadas por redução ao valor recuperável	(275.529)	(364.066)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(2.887)	(751)
Valor novo de reposição-VNR	(246.825)	(26.373)
Variação SWAP	(6.319)	(25.492)
Incentivo P&D	(1.942)	(390)
Outras provisões	(29.818)	(31.590)
Total exclusões (C)	(563.320)	(484.163)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(60.341)	(9.288)
Incentivo PAT	(4.736)	-
IRPJ e CSLL outros (I)	(22.942)	(9.569)
Incentivo proventura licença maternidade	(309)	(243)
Total compensações (D)	(88.328)	(14.704)
IRPJ subvenção governamental	(313.631)	-
Outras deduções (E)	(313.631)	-
Total de IRPJ e CSLL do exercício	109.932	151.754
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	166.106	58.288
Total	166.106	58.288

20.4 Provisões para contingências

Em 29 de dezembro de 2021, o IBRACON divulgou o Ofício Circular 09/21 orientando o tratamento contábil (CPC 32 e IFRIC 23) a ser dado pelos companhias sobre os efeitos da decisão do STF - RE nº 1.063.187 tema nº 962 - que julgou inconstitucional a incidência de IRPJ/CSLL sobre atualização SELIC de débitos tributários. Para as empresas que possuem ação ajuizada antes do julgamento do STF ocorrido em 24 de setembro de 2021, os efeitos da decisão abrangem os 5 anos anteriores a data de ajuizamento. Nesse contexto, a Equatorial Maranhão ingressou com a ação judicial nº 1038635-88/2021.01.03700 em 18 de agosto de 2021 questionando a matéria, portanto, em data anterior a decisão final da Suprema Corte e procedeu ao registro do ato decorrente ao valor pago indevidamente de IRPJ e CSLL sobre a atualização SELIC de débito tributário para a controladora Equatorial Maranhão no valor de R\$ 32.510. 21. Dividendos a pagar (Controladora): Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das despesas determinadas pela Assembleia Geral. Conforme disposto no acordo de acionistas, as ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito a dividendos distribuídos pela Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos abaixo, em cada exercício social, aos seus acionistas, a deliberação do pagamento é realizada pela Companhia em assembleia de acionista, até que o valor total pago seja equivalente a (Dividendos privilegiados): (i) 15% do lucro líquido apurado pela Companhia de acordo com a deliberação constante do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações feita as deduções exigidas no art. 193 da Lei das Sociedades por Ações e subtraído-se do valor resultante os valores que tenham sido auferidos pela Equatorial Pará S.A. e Equatorial Maranhão, no âmbito das ações judiciais de curso fiscal nas quais as Subsidiárias são autoras, tendo como objetivo de discussão débitos de PIS/COFINS/Ações fiscais e já consideradas quando outras deduções aplicáveis) (Lucro líquido) auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativos aos exercícios sociais de 2019, 2020, 2021 e 2022; (ii) 40% do lucro líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições a relativas aos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025; e (iii) 55% do lucro líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições a partir do exercício social de 2026 em diante.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.587.581	1.132.463
(-) Reserva legal	(79.379)	(56.623)
Lucro líquido ajustado	1.508.202	1.075.840
Dividendos mínimos obrigatórios	37.051	268.960
Dividendos adicionais propostos	1.131.151	806.880
Total dividendos	1.508.202	1.075.840

A Diretoria Executiva da Companhia aprovou a declaração de dividendos em 22 de março de 2022. A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	46.507	-
Dividendos adicionais 2019 (a)	139.521	-
Pagamento de dividendos	(908.976)	-
Dividendos mínimos propostos de 2020	268.960	-
Dividendos adicionais propostos - antecipados (b)	542.211	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	88.223	-
Dividendos adicionais 2020	264.669	-
Pagamento de dividendos	(1.366.710)	-
Dividendos mínimos propostos de 2021	37.051	-
Dividendos adicionais propostos	1.013.818	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.051	-

(a) Em 29 de maio de 2020, através da Reunião da Diretoria, foi aprovado a distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$ 139.521, referente ao exercício de 2019; (b) Em 09 de dezembro de 2020, conforme a ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 722.948 (dos quais, R\$ 542.211 referem-se a dividendos adicionais) referente ao exercício de 2020. O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal" e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da base de cálculo da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). 22. Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - Equatorial Pará: Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e da Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica das controladas da Companhia, sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e a reira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral. A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e PINE S.A. Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano. Em função da matéria, a Equatorial Pará estima que chances de êxito desse recurso são remotas, o que é respaldado em Legal Opinion do escritório de advocacia Pine & Pines S.A. - Eletrobras; e (c) m 31 de dezembro de 2021, o saldo é composto por R\$ 518.776 de empréstimos e financiamentos e R\$ 19.286 de credores operacionais R\$ 84.407 de empréstimos e financiamentos e R\$ 20.797 de credores operacionais em 31 de dezembro de 2020. O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

22.1 Composição da dívida

	2021	2020
Circulante		
Credores operacionais	5.695	3.566
Credores financeiros (a)	19.211	26.708
Partes relacionadas (b)	18.780	3078
Total	43.686	30.788
Não circulante		
Credores operacionais	38.333	33.853
Credores financeiros (a)	389.331	461.166
Partes relacionadas (b)	782.375	663.114
(-) Ajuste a valor presente - partes relacionadas	(175.883)	(162.650)
(-) Ajuste a valor presente (c)	(71.162)	(105.204)
Total	1.008.514	940.279
Total	1.052.200	970.931

(a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, bonds e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; (b) Partes relacionadas de referem-se: (i) a créditos de recuperação judicial que foram adquiridos pela Equatorial Energia; e (ii) valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial da controladora Equatorial Pará. (c) S.A. - Eletrobras; e (c) m 31 de dezembro de 2021, o saldo é composto por R\$ 518.776 de empréstimos e financiamentos e R\$ 19.286 de credores operacionais R\$ 84.407 de empréstimos e financiamentos e R\$ 20.797 de credores operacionais em 31 de dezembro de 2020. O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

	2021	%
Circulante	43.686	4%
2023	29.424	3%
2024	34.774	3%
2025	32.099	3%
Após 2025	1.158.262	110%
Subtotal	1.255.559	119%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(247.045)	(23%)
Não circulante	1.008.514	96%
Total	1.052.200	100%

22.2 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.695	3.566
Transferência (a) e cancelamento	-	5.028
Amortização	(2.899)	1.513
pagos presente	19.211	70.252
Total	69.620	82.357
Credores operacionais	5.695	3.566
Credores financeiros	89.928	49.793
Partes relacionadas -	55.751	60.349
Total	151.374	113.708

(a) Em agosto de 2021 houve transferência de R\$ 92.884 referente à compra de créditos de recuperação judicial pela Equatorial Energia S.A. e (b) O movimento em 2020 refere-se à reclassificação de R\$ 490.791 de valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras anteriormente apresentado como credores financeiros, o qual refere-se a saldo a parte relacionada da Companhia.

23. Encargos setoriais: 23.1 Encargos setoriais CCC - Equatorial Pará:

	2021	2020
Não circulante	-	372.241
Encargos setoriais CCC	-	(105.883)
(i) Aquisição de combustível CCC	-	266.358
Efeito líquido no balanço	-	266.358

A conta de consumo de combustíveis fósseis (COC) foi criada pelo Decreto nº 7.310, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrônica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC. Entre os valores reembolsados pela conta de consumo de combustíveis fósseis estão os tributos (ICMS, PIS e COFINS) não compensados sobre a compra de combustível e energia elétrica. A Equatorial Pará estava passando pelo processo 48500.004790/2016-63, de fiscalização dos reembolsos recebidos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC de julho/2009 a abril/2021. Em 23 de agosto de 2021, através da publicação do Despacho Aneel NF 2.560, foi definida a devolução dos valores de reembolso pagos a maior no período fiscalizado. O valor provisionado para este fim de R\$ 282.578 e, no dia 09 de setembro de 2021, foi efetuado o pagamento de R\$ 247.885 conforme determinado no processo. O saldo residual após o pagamento foi baixado no resultado do exercício, sendo PIS 24.303 em contrapartida do custo de operação (Subvenção CCC) e R\$ 10.416 em contrapartida de outras receitas financeiras. O resumo do valor principal e atualizado da fiscalização, bem como do saldo residual em relação ao previsto, pode ser visto no quadro a seguir.

	Valor principal	Atualização monetária	Valor total
Valor previsto	261.379	21.199	282.578
Valor pago	(237.076)	(10,783)	(247.859)
Saldo residual	24.303	10.416	34.719

23.2 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética:

	2021	2020
Percentual de distribuição de DOL*		
2021	0,40%	98,43%
2020	0,20%	79,90%

* Distribuição do recurso

Programa de eficiência energética

Pesquisa e desenvolvimento

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

Ministério de Minas e Energia - MME

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL

Conta de desenvolvimento energética - CDE

Outros

Total pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

Circulante

Não circulante

* Receita operacional líquida regulatória.

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no exercício seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração. Apresentamos, abaixo, os valores dos encargos setoriais, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Circulante	185.620	178.889
Não circulante	29.960	390.687
Total		

EQATORIAL ENERGIA DISTRIBUIÇÃO S.A. | CNPJ/MF nº 32.695.147/0001-30

continuação

de 2021, conforme Ata de Reunião do Conselho Fiscal, foi aprovado distribuição de dividendos suplementares aos acionistas no montante de R\$353.452. Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos suplementares constituídos e aprovados sua distribuição em 2021, por Companhia, bem sua relação como os acionistas não controladores:

	Dividendos suplementares		Percentual participação acionistas não controladores		Dividendos adicionais acionistas não controladores	
	2021					
Equatorial Maranhão	205.230		34,8913%		71.607	
Equatorial Pará	353.452		3,5006%		12.373	
Total	558.682				83.980	

Na Equatorial Equatorial Maranhão, em 22 de março de 2022, conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no montante de R\$ 189.716. Na controlada Equatorial Pará, em 22 de março de 2022, conforme Ata de Reunião do Conselho Fiscal foi aprovada distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no montante de R\$203.427. Abaixo, apresentamos os valores dos dividendos mínimos obrigatórios constituídos e aprovados sua distribuição em 2022, por Companhia, bem sua relação como os acionistas não controladores:

	Dividendos obrigatórios		Percentual participação acionistas não controladores		Dividendos mínimos obrigatório - acionistas não controladores	
	2021				2020	
Equatorial Maranhão	189.716		34,8913%		66.194	
Equatorial Pará	203.427		3,5006%		7.122	
Total	393.143				73.316	

27. Receita operacional líquida (Consolidado): A conciliação da receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	2021	2020
Receita de distribuição	11.015.786	9.952.358
Remuneração financeira WACC	739.566	692.385
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	2.152.260	358.127
Subvenção CDE – Outros	462.729	390.250
Fornecimento de energia elétrica	14.370.341	11.393.530
Suprimento de energia elétrica (b)	422.773	150.117
Recita pela disponibilidade - uso da rede	347.978	347.062
Recita de construção (c)	1.685.363	1.241.496
Atualização do ativo financeiro (c)	733.095	200.965
Outras receitas	221.628	144.991
3.470.837	2.084.631	
17.841.178	13.478.161	

Decúdas da receita: ICMS sobre venda de energia elétrica PIS e COFINS Encargos do consumidor ISS Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (d) Penalidades DIC/FIC e outras

Decúdas da receita operacional **Receita operacional líquida**

(a) A variação de R\$ 1.794.133, entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, dos ativos e passivos regulatórios foi atada, principalmente por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Código, até Setembro de 2021, no montante de R\$ 142.685 da Equatorial Pará e R\$ 240.739 da Equatorial Maranhão; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL, no recibo ou revisão, ter sido inferior aos custos efetivamente pagos, gerando uma redução de constituição de Parcela A superior em R\$ 661.739 da Equatorial Pará e R\$ 508.989 da Equatorial Maranhão, ao ocorrer para esse mesmo período em 2020; (iii) variação entre os valores amortizados do último relatório no montante de R\$ 199.806 da Equatorial Pará e R\$ 63.082 da Equatorial Maranhão em relação ao mesmo período de 2020; e (iv) Variação entre os valores da receita de ultracurto prazo (UCP) em 2021 e 2020, decorrente da distribuição no montante de (R\$ 2.990) da Equatorial Pará e (R\$ 19.717) da Equatorial Maranhão, quando comparada com esse mesmo período em 2020; (b) A recita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação ao exercício anterior, devido ao aumento do PLD. No quarto trimestre de 2020, a controlada Equatorial Maranhão apresentou um PLD de R\$19M, 84,30, e no quarto trimestre de 2021 o PLD apresentado foi de R\$19M, 265,98. A recita de suprimento de energia elétrica da controlada Equatorial Pará foi maior em comparação com o exercício anterior, devido ao aumento do volume de energia negociado no mercado de curto prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada Equatorial Pará negociou 638.070 MWh (291.007 MWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2020); (c) O considerável número de obras encerradas impactou o saldo a ser transferido/bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado (IPCA) acumulou variação positiva no período comparativo. Em razão do 5º ciclo de revisão tarifária da Equatorial Maranhão tivemos um considerável número de obras encerradas que impactaram o saldo a ser transferido / bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização cujo índice de inflação adotado, acumulou variação positiva no período comparativo, o IPCA, que passou de 4,51% até dezembro de 2020 para 10,06% até dezembro de 2021; (d) A variação na conta de desenvolvimento energético - CDE (Decreto nº 7.891/2018, alterado pelo Decreto nº 9.642/2018) decorrente da vigência das Resoluções nº 2.814 de 1º de dezembro de 2020 e nº 2.833 de 02 de fevereiro de 2021, as quais estabeleceram as quotas a serem pagas no decorrer do ano de 2021; e (e) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa nº 28 - Custos do serviço e despesas operacionais.

28. Custo do serviço e despesas operacionais (Consolidado):

	2021		2020	
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável
Personal	(89.482)	(84.793)	(200.416)	–
Material	(24.341)	(14.677)	(2.350)	–
Serviços de terceiros	(334.962)	(263.221)	(6.784)	–
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(6.803.699)	–	–	–
Custo de construção (b)	(1.685.363)	–	–	–
Provisão para redução ao valor recuperável de cortas a receber e perdas com clientes comerciais	–	–	–	(231.778)
Provisão para riscos civis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	–	–	–	(2.763)
Amortização	(483.648)	–	(121.172)	–
Subvenção CCC	(179.177)	–	–	(179.177)
Outros	649	(6.877)	3.700	(2.516)
Total	(8.148.723)	(348.598)	(515.487)	(231.778)

	2021		2020	
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Perdas por redução ao valor recuperável
Personal	(80.599)	(84.512)	(197.861)	–
Material	(32.160)	(6.484)	(5.514)	–
Serviços de terceiros	(340.430)	(110.161)	(272.941)	–
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(3.726.719)	–	–	–
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(870.845)	–	–	–
Custo de construção (b)	(1.241.496)	–	–	–
Provisão para redução ao valor recuperável de cortas a receber e perdas com clientes comerciais	–	–	–	(263.164)
Provisão para riscos civis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	–	–	–	(42.750)
Amortização	(427.546)	–	(91.924)	–
Subvenção CCC	(123.759)	–	–	(123.759)
Outros	4.009	(6.855)	2.554	(124,48)
Total	(6.861.557)	(146,059)	(613.544)	(263,164)

(a) Ver a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 28, e (b) Em decorrência da Covid-19, houve impacto no recebimento de materiais e entrega de equipes para execução das obras, o que ocasionou uma redução na realização de algumas obras orçadas para o exercício de 2020, as quais foram reprogramadas para o exercício de 2021, gerando com isso maiores investimentos em relação ao exercício comparativo.

29. Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado):

	2021		2020	
	GWh (*)	RS	GWh (*)	RS
Energia de geração (a)	14.944	(3.646.010)	14.010	(2.639.344)
Contratos cotas de garantias	4.041	(467.795)	4.280	(466.488)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	–	(966.860)	–	(93.003)
Energia bilateral	226	–	226	–
Energia de curto prazo - COEE (c)	–	(1.000.475)	–	(729.081)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	326	(122.345)	313	(96.143)
(*) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	–	605.093	–	446.341
Subtotal	20.080	(5.728.671)	19.359	(3.726.719)

Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e) Total

(*) não revisado pelos auditores independentes; (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAF-Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Débitos) decorrentes de preços de pagamentos superiores aos observados em 2020 em virtude da atualização das tarifas dos contratos, bem como a atual situação jurídica do país, que ocasionou a necessidade de acionamento técnico de Usina com geração elevada; (b) O crescimento elevado associado ao ESS deve-se ao acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, ocasionando pagamentos elevados associado a este encargo; (c) A energia de curto prazo apresentou um aumento de R\$21.394 devido ao aumento do PLD comparado com o mesmo exercício de 2020; (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pela companhia (regime caixa); e (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Resolva Anual Permissão - RAP. O aumento nos custos decorre das tarifas aprovadas na resolução RAP nº 6 de 27 de 14 de julho de 2020 com vigência até junho de 2021 e a nova resolução RAP Nº 2.896 de 13 de julho de 2021, com vigência a partir de julho/2021 até junho/2022, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

30. Resultado financeiro (Consolidado):

	2021		2020	
	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	165.477	87.281		
PIS/COFINS sobre receita financeira de títulos e valores mobiliários	(25.658)	(18.791)		
Valores a receber/devolver parcela A	49.204	32.260		
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	11.957	283.248		
Acréscimo moratório de energia vendida (c)	317.533	261.950		
Variação monetária e cambial da dívida (d)	120.680	–		
Atualização sub-rogação CCC	15.374	1.494		
Outras receitas financeiras	35.461	13.164		
Total de receitas financeiras	780.248	660.594		
Despesas financeiras	(55.296)	(28.947)		
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(62.822)	(5.942)		
Variação monetária e cambial da dívida (d)	(574.099)	(461.904)		
Encargos da dívida	(322.630)	(313.030)		
Atualização de contingências	(7.431)	(5.613)		
Atualização de eficiência	(8.230)	(3.212)		
Despesa financeira de AVP	(20.873)	(20.682)		
Descontos concedidos	(43.253)	(25.155)		
Outras despesas financeiras	(119.361)	(42.273)		
Total de despesas financeiras	(1.233.965)	(906.758)		
Resultado financeiro líquido	(433.747)	(246.164)		

(a) O aumento em rendimentos financeiros ocorreu em função do aumento do CDI, que em 2020 era 2,77% e em 2021 fechou em 4,40%, além disso a rentabilidade da carteira, passou de 91,29% do CDI em 2020 para 109,61% do CDI em 2021; (b) Referem-se, principalmente, à contratação de operações de swap, que trocam Dollar-spread por Dólar-spread, em que a principal variação se refere ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo de 31 de dezembro de 2021, o principal efeito refere-se à variação cambial, gerando despesa em 2021 com o crescimento do dólar em 73,9%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2021 com o aumento do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021, contra uma despesa superior em 2020 com o aumento do dólar em 2020 com o aumento do dólar em 28,9%, saindo de R\$ 4,03 em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,64 em 31 de dezembro de 2020, o aumento é resultado das ações de cobrança realizadas pelas controladas diretas da Companhia, as quais contribuíram para a redução da inadimplência no período, evidenciada pelo recebimento de faturas de energia em atraso; e (d) No acumulado de 2021, a redução deu-se principalmente em função da variação cambial, que gerou despesa em 2

